

A ERA DA INFORMAÇÃO: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA Vol. 3

MANUEL CASTELLS

FIM de MILÊNIO

EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

Tradução

Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer

7ª edição



PAZ & TERRA

Rio de Janeiro | São Paulo

2020

Copyright © 2010 Manuel Castells

Copyright da tradução © Paz e Terra

Título original em inglês: *End of Millennium: The Information Age: Economy, Society and Culture.*

Volume III, 2nd Edition with a New Preface by Manuel Castells.

Todos os Direitos Reservados. Tradução autorizada da edição em inglês publicada por John Wiley & Sons Limited. A responsabilidade pela precisão desta tradução pertence exclusivamente à Editora Paz e Terra Ltda. e não é responsabilidade de John Wiley & Sons Limited. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida de nenhuma forma sem a permissão por escrito do detentor original do copyright, John Wiley & Sons Limited.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA PAZ E TERRA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de bancos de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copyright.

Tradução do prefácio e de demais trechos incluídos nesta edição revista: Thiago Ponce de Moraes

EDITORA PAZ E TERRA

Rua do Paraíso, 139, 10º andar, conjunto 101 – Paraíso

São Paulo, SP – 04103-000

<http://www.record.com.br>

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

sac@record.com.br

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C344f Castells, Manuel
Fim de milênio [recurso eletrônico] / Manuel Castells; tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venancio Majer. – 1. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.
recurso digital (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 3)

Tradução de: End of millennium
Sequência de: O poder da identidade
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-85-7753-449-4 (recurso eletrônico)

FIGURAS

- 1.1 [Renda nacional soviética, 1928-1987: estimativas alternativas.](#)
- 1.2 [Renda nacional soviética: papel dos insumos no crescimento da produção.](#)
- 1.3 [Taxas de crescimento do PNB soviético, 1951-1980.](#)
- 2.1 Índice do PIB *per capita* em uma amostragem de 55 países.
- 2.2 Conectividade internacional.
- 2.3 Produção de alimentos *per capita*.
- 2.4 Número de casos de AIDS por milhão na África, 1990.
- 2.5 Crescimento anual da renda familiar da classe média nos EUA, 1947-1997.
- 2.6a Salários-hora reais para homens por percentual salarial nos EUA, 1973-1997.
- 2.6b Salários-hora reais para mulheres por percentual salarial nos EUA, 1973-1997.
- 2.7 Variação anual média na renda familiar nos EUA, 1947-1997.
- 2.8 Porcentagem de trabalhadores que recebem salários na linha de pobreza nos EUA, 1973-1977.
- 2.9 Taxas de encarceramento nos EUA, 1850-1991.
- 2.10 Número de detentos em penitenciárias federais ou estaduais ou em prisões locais nos EUA, 1985-1995.
- 3.1 Imigrantes ilegais entrando na União Europeia, 1993-1999 (estimado).
- 4.1 Valores do Japão em ações e terrenos em bilhões de ienes, 1976-1996.

TABELAS

- 1.1 [Evolução da renda nacional soviética, 1928-1987: estimativas alternativas.](#)
- 1.2 [Crescimento da produção e índices de inflação na União Soviética, 1928-1990.](#)
- 1.3 [Insumos e produtividade na União Soviética, 1928-1990.](#)
- 1.4 [Taxas de crescimento do PNB, força de trabalho e capital soviéticos, com índices de investimento/PNB e produção/capital.](#)
- 1.5 [Saldo do intercâmbio de produtos e recursos entre as repúblicas, 1987.](#)
- 1.6 [Composição étnica das repúblicas autônomas da Rússia, 1989.](#)
- 2.1 PIB *per capita* em uma amostragem de 55 países.
- 2.2 Mudança na desigualdade de renda depois de 1979 em países da OCDE.
- 2.3 PIB *per capita* das economias em desenvolvimento, 1980-1996.
- 2.4 Valor das exportações mundiais, países subdesenvolvidos e África subsaariana, 1950-1990.
- 2.5 Composição das exportações (%), 1990.
- 2.6 Percentuais de participação da África subsaariana em exportações mundiais de grandes categorias de produtos.
- 2.7 Relações comerciais de países africanos selecionados, 1985-1994.
- 2.8 Taxas de crescimento setorial (porcentagem média anual da variação do valor agregado), 1965-1989.
- 2.9 Estimativa de soropositivos adultos (15 a 49 anos) nas cidades e áreas rurais em países africanos selecionados, c. 1987.
- 2.10 Desigualdade de renda nos Estados Unidos, 1977-1999.
- 4.1 Investimento estrangeiro contratado na China pela fonte, 1979-1992.

QUADROS

- 3.1 A evolução das redes ilegais e criminosas na Rússia.
- 4.1 Modelo social do desenvolvimento japonês, 1955-1985.
- 4.2 Estrutura e processo de desenvolvimento econômico em Hong Kong, 1950-1985.

TEMPO DE MUDANÇA

Costuma-se pensar que a virada de um milênio seja uma época de mudanças. Mas nem sempre isso é verdade: o fim do primeiro milênio, de forma geral, não apresentou novidades. Quanto ao segundo, aqueles que estiverem esperando algum tipo de raio fatal terão de preocupar-se em acertar os relógios de forma correta, visto que, em termos estritamente cronológicos, o segundo milênio termina à meia-noite do dia 31 de dezembro do ano 2000, e não de 1999 como a maioria das pessoas comemorarão ou terão comemorado. Ademais, estamos mudando de milênio apenas com base no calendário gregoriano do cristianismo, religião em minoria destinada a perder a primazia no multiculturalismo que caracterizará o próximo século.

No entanto, este representa de fato um tempo de mudanças, independentemente de como o calculemos. Nos últimos vinte e cinco anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica com base na informação transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra e de fazer amor. Constituiu-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desconectando das redes de poder e riqueza as pessoas e os territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. Uma cultura de virtualidade real, construída em torno de um universo audiovisual cada vez mais interativo, permeou a representação mental e a comunicação em todos os lugares, integrando a diversidade de culturas em um hipertexto eletrônico. O espaço e o tempo, bases materiais da experiência humana, foram transformados à medida que o espaço de fluxos passou a dominar o espaço de lugares, e o tempo intemporal passou a substituir o tempo cronológico da era industrial. Expressões de resistência social à lógica da informacionalização e da globalização são construídas em torno de identidades primárias, criando comunidades defensivas em nome de Deus, da

localidade, da etnia ou da família. Ao mesmo tempo, instituições sociais básicas importantes, como o patriarcalismo e o Estado-nação, são questionadas sob a pressão conjunta da globalização da riqueza e informação e da localização de identidade e legitimidade.

Esses processos de mudança estrutural, analisados nos dois volumes anteriores desta obra, levam a uma transformação fundamental dos contextos macropolíticos e macrosociais que definem e condicionam a ação social e a experiência humana em todo o mundo. Este volume examina algumas dessas macrotransformações e procura explicá-las como resultado da interação entre os processos que caracterizam a Era da Informação: informacionalização, globalização, atividades em rede, construção de identidades, crise do patriarcalismo e do Estado-nação. Embora não afirme que todas as dimensões importantes da transformação histórica estejam representadas neste volume, acredito que as tendências documentadas e analisadas nos capítulos seguintes logram constituir um novo cenário histórico, cujas dinâmicas provavelmente terão efeitos duradouros em nossa vida e na vida de nossos filhos.

Não é por acaso que o volume começa com uma análise do colapso do comunismo soviético. A Revolução Russa de 1917 e o movimento comunista internacional que ela promoveu representaram o fenômeno político e ideológico predominante no século XX. O comunismo e a União Soviética, juntamente com as reações contrárias por eles desencadeadas em todo o mundo, marcaram de forma decisiva sociedades e pessoas durante o século. E, assim mesmo, esse império poderoso, com sua forte mitologia, desintegrou-se em apenas alguns anos, constituindo um dos exemplos mais extraordinários de inesperada mudança histórica. Defendo que as raízes desse processo, que caracteriza o fim de uma época histórica, residem na inabilidade demonstrada pelo estatismo ao administrar a transição para a Era da Informação. O capítulo 1 busca oferecer base empírica a essa tese.

O fim do comunismo soviético e a apressada adaptação do comunismo chinês ao capitalismo global deixaram apenas uma nova marca de capitalismo mais enxuto e mais mesquinho, pelo menos em seu alcance planetário. A reestruturação do capitalismo entre os anos 1970 e 1980 demonstrou a versatilidade de suas regras operacionais e sua capacidade de utilizar a lógica do sistema de redes da Era da Informação com eficiência para promover um enorme avanço nas forças produtivas e no crescimento econômico. No entanto, ela também expôs a lógica excludente do capitalismo, à medida que milhões de pessoas e grandes regiões do

planeta estão sendo excluídas dos benefícios do informacionalismo, tanto no mundo desenvolvido como nos países em desenvolvimento. O capítulo 2 documenta essas tendências, relacionando-as à natureza não controlada das redes capitalistas globais. Além disso, à margem do capitalismo global, surge um novo ator coletivo que poderá mudar as regras das instituições econômicas e políticas nos próximos anos: o crime global. Na verdade, aproveitando-se do caos mundial que se seguiu à desintegração do império soviético, manipulando populações e territórios excluídos da economia formal e utilizando os instrumentos do sistema de redes globais, atividades criminosas proliferam pelo planeta e interligam-se para constituir uma economia emergente do crime global que penetra os mercados financeiros, o comércio, os negócios e os sistemas políticos de todas as sociedades. Essa conexão perversa representa uma característica significativa do capitalismo informacional global. Uma característica cuja importância em geral é reconhecida na mídia, mas não integrada em análise social, falha teórica que tentarei corrigir no capítulo 3 deste volume.

Concomitantemente, tem havido extraordinária expansão capitalista, o que inclui centenas de milhões de indivíduos no processo de desenvolvimento, sobretudo na região do Pacífico asiático (capítulo 4). O processo de incorporação de regiões dinâmicas da China, Índia, bem como do Leste e Sudeste Asiático — na esteira do desenvolvimento japonês — em uma economia global interdependente muda a história e estabelece base multicultural de interdependência econômica. Tudo isso sinaliza o fim do domínio ocidental que caracterizou a era industrial desde seu início. Contudo, a volatilidade do novo capitalismo global foi revelada, também, pela mudança dramática da sorte no Pacífico asiático, estremecido pela crise financeira de 1997-1998. A análise feita no capítulo 4 apresenta a interação entre desenvolvimento e crise na Ásia como expressão da crescente tensão entre globalização e o Estado.

Diante do turbilhão da globalização e com o abalo dos alicerces culturais e geopolíticos do mundo na forma em que se apresentavam, os países europeus uniram-se — não sem problemas — no processo de unificação da Europa que, simbolicamente, visa unificar suas moedas e, portanto, as economias por volta da virada do milênio (capítulo 5). Entretanto, as dimensões culturais e políticas, essenciais para o processo da unificação europeia, ainda se apresentam instáveis. Com isso, o destino da Europa, em última análise, dependerá (como nas demais regiões do mundo) da resolução dos enigmas históricos decorrentes da transição

ao informacionalismo e da mudança do Estado-nação para uma nova interação entre as nações e o Estado, sob a forma do Estado em rede.

Após estudar essas transformações macrossociais/políticas que definem alguns dos principais debates de nossos tempos, farei uma conclusão de caráter mais analítico. Abordarei não apenas os tópicos apresentados neste volume, mas as relações entre esses temas e os processos analisados nos dois volumes precedentes. Contando com a benevolência do leitor, a conclusão deste volume proporá material para a construção de uma teoria social em aberto sobre a Era da Informação. Com isso quero dizer que, após investigar nosso mundo, tentarei depreendê-lo.

A CRISE DO ESTATISMO INDUSTRIAL E O COLAPSO DA UNIÃO SOVIÉTICA*

Quando a União Soviética produzir cinquenta milhões de toneladas de ferro-gusa, sessenta milhões de toneladas de aço, quinhentos milhões de toneladas de carvão e sessenta milhões de toneladas de petróleo, estaremos garantidos contra todo e qualquer infortúnio.

STALIN, DISCURSO EM FEVEREIRO DE 1946¹

A contradição que se tornou aparente a partir da década de 1950 entre o desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades cada vez maiores da sociedade, de um lado, e a crescente obsolescência das relações de produção do velho sistema de planejamento econômico, do outro, acentuava-se mais e mais a cada ano. A estrutura conservadora da economia e as tendências voltadas a extensos programas de investimentos, juntamente com um sistema de planejamento econômico atrasado, foi pouco a pouco impondo-se como um freio e um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.

ABEL AGANBEGYAN, THE ECONOMIC CHALLENGE OF PERESTROIKA, p. 49

A economia mundial é um organismo único, e nenhum Estado, independentemente de seu sistema social ou situação econômica, pode se desenvolver de forma alheia a essa realidade. Isso nos impele a criar mecanismos fundamentalmente novos para o funcionamento da economia mundial, uma nova estrutura de divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento da economia mundial revela as contradições e os limites inerentes ao modelo tradicional de industrialização.

MIKHAIL GORBACHEV, DISCURSO ÀS NAÇÕES UNIDAS, 1988²

Um dia vamos perceber que na realidade somos o único país do mundo que procura ingressar no século XXI com a ideologia ultrapassada do século XIX.

BORIS YELTSIN, MEMOIRS, 1990, p. 245³

O colapso repentino da União Soviética, e com ele a derrocada do movimento comunista internacional, dá origem a um enigma histórico: por que razão, na década de 1980, os líderes soviéticos pressentiram a necessidade imediata de iniciar um processo de reestruturação radical, de proporções tais que acabou levando à desintegração do próprio Estado? Afinal, a União Soviética não era apenas uma superpotência militar; o país ocupava a posição de terceira maior economia industrial do mundo, sendo o maior produtor de petróleo, gás natural e metais raros, e o único país autossuficiente em matérias-primas e recursos energéticos. É verdade que sintomas de graves problemas econômicos se faziam sentir desde a década de 1960 e que a taxa de crescimento vinha apresentando sucessivas quedas desde 1971, atingindo um ponto de equilíbrio por volta de 1980. No entanto, também as economias do Ocidente haviam experimentado uma desaceleração no crescimento da produtividade, apresentando ainda taxas de crescimento econômico negativo em alguns anos das duas últimas décadas, sem terem sofrido consequências catastróficas. A tecnologia soviética parece ter se tornado ultrapassada em algumas áreas críticas, mas, de modo geral, o progresso científico do país manteve seu nível de excelência em alguns dos principais campos do conhecimento: matemática, física, química, ficando somente a biologia com alguma dificuldade de se recuperar das trapalhadas de Lysenko. A difusão desses conhecimentos científicos para fins de atualização tecnológica não parecia impossível, tendo em vista o avanço do programa espacial soviético sobre o desempenho sofrível da NASA nos anos 1980. A agricultura continuava passando por uma crise permanente, e a escassez de bens de consumo fazia parte da rotina. Contudo, as exportações de energia e matérias-primas, ao menos até 1986, vinham fornecendo reservas em moeda forte para serem utilizadas sempre que necessário em importações emergenciais, de modo que as condições de vida dos cidadãos soviéticos passaram a ser melhores, não piores, em meados da década de 1980, quando comparadas às da década anterior.

Além disso, o poder soviético não estava sendo seriamente desafiado no plano externo nem interno. O mundo entrara em uma era de relativa estabilidade nas já reconhecidas esferas de influência das superpotências. A guerra no Afeganistão

vinha causando sofrimento e desgastando a imagem política e o orgulho militar, mas não menos que os danos infligidos à França pela Guerra da Argélia ou aos Estados Unidos pela do Vietnã. A dissidência política limitava-se a pequenos círculos intelectuais, tão respeitados quanto isolados; aos judeus que desejavam sair do país; e a “conversas de boteco” sobre política, uma tradição russa profundamente arraigada. Embora houvesse algumas greves e revoltas, sobretudo associadas à escassez de alimentos e aos aumentos de preço, não se podia falar da existência de verdadeiros movimentos sociais. A resposta à opressão sobre as diversas nacionalidades e minorias étnicas era o ressentimento e, nas repúblicas bálticas, a hostilidade expressamente declarada aos russos, mas poucas vezes esses sentimentos eram articulados na forma de ações coletivas ou movimentos de opinião parapolíticos.

As pessoas demonstravam-se insatisfeitas com o sistema e expressavam sua rejeição das mais diversas maneiras: ceticismo, pequenos furtos no trabalho, faltas, suicídio e alcoolismo generalizado. Entretanto, com a era do terror stalinista há muito superada, a repressão política era limitada e muito seletiva, e a doutrinação ideológica tornara-se mais um ritual burocrático do que propriamente uma fervorosa inquisição. No momento em que o longo período do governo Brejnev logrou sucesso em instaurar a normalidade e também o marasmo na União Soviética, as pessoas aprenderam a se enquadrar no sistema, conduzindo suas próprias vidas da melhor forma possível, afastando-se ao máximo das vias de acesso ao Estado. Embora a crise estrutural do estatismo soviético estivesse fermentando nas caldeiras da história, poucos de seus atores pareciam tê-la percebido. É provável que a segunda revolução russa, que desmantelou o império soviético, colocando um ponto final em uma das mais ousadas e onerosas experiências humanas, seja a única mudança histórica de importância fundamental ocorrida sem a intervenção de movimentos sociais e/ou uma guerra de grandes proporções. O Estado criado por Stalin parece ter intimidado seus inimigos e obtido sucesso em inibir o potencial de revolta da sociedade por longo tempo.

O véu do mistério histórico torna-se ainda mais espesso ao considerarmos o processo de reforma promovido por Gorbachev. Por que e de que maneira esse processo fugiu ao controle? Afinal, ao contrário da imagem simplista veiculada pela imprensa ocidental, a União Soviética, e antes dela a Rússia, passara por “uma *perestroika* após a outra”, título dado por Van Regemorter a sua excelente análise histórica dos processos de reforma na Rússia.⁴ Da Nova Política Econômica dos anos 1920 às reformas na administração econômica implantadas por Kosygin no

final da década de 1960, passando pela profunda reestruturação de Stalin na década de 1930 e pelo revisionismo de Kruchev na de 1950, a União Soviética avançara/recuara com muita rapidez, fazendo de períodos alternados de continuidade e reforma uma característica sistêmica. Com efeito, foi assim especificamente que o sistema soviético reagiu à questão da transformação social, tão necessária a qualquer sistema político durável. No entanto, com a grande exceção de Stalin, com sua impiedosa capacidade de mudar as regras do jogo a seu favor, o aparato do partido sempre foi capaz de exercer controle sobre as reformas dentro dos limites impostos pelo sistema, lançando mão, quando necessário, de expurgos políticos e substituição de lideranças. Como é que no final da década de 1980, esse partido veterano e sagaz, fortalecido pelas incessantes batalhas decorrentes de reformas cuidadosamente administradas, pôde perder controle político a ponto de ter de recorrer a um golpe desesperado, articulado às pressas, que acabou precipitando sua derrocada?

Avento a hipótese de que a crise que induziu as reformas de Gorbachev apresenta uma natureza histórica distinta das verificadas em situações anteriores, impingindo tal diferença no processo reformista propriamente dito, tornando-o mais arriscado e, em última análise, incontrolável. Sustento a ideia de que a turbulenta crise que abalou os alicerces da economia e sociedade soviéticas de meados dos anos 1970 em diante constituiu a expressão da incapacidade estrutural do estatismo e da versão soviética do industrialismo de assegurar a transição para a sociedade da informação.

Entendo por estatismo o sistema social organizado em torno da apropriação do excedente econômico produzido na sociedade pelos detentores do poder no aparato do Estado, ao contrário do capitalismo, em que o excedente é apropriado pelos detentores do controle das organizações econômicas (vide volume I, prólogo). Enquanto o capitalismo está voltado à maximização do lucro, o estatismo preocupa-se com a maximização do poder, ou seja, procura ampliar a capacidade militar e ideológica do aparato do Estado para impor suas metas sobre um número maior de sujeitos e em níveis mais profundos de suas consciências. Quanto ao industrialismo, refiro-me a um mecanismo de desenvolvimento em que as principais fontes de produtividade consistem no aumento quantitativo dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais), juntamente com a utilização de novas fontes de energia. Já o informacionalismo é tratado aqui como um mecanismo de desenvolvimento em que a principal fonte de produtividade é entendida como a capacidade qualitativa de otimizar a combinação e o emprego

dos fatores de produção com base na informação e no conhecimento. O surgimento do informacionalismo é indissociável de uma nova estrutura social, a sociedade em rede (vide volume I, capítulo 1). O último quarto do século XX tem sido marcado pela transição do industrialismo para o informacionalismo e da sociedade industrial para a sociedade em rede, tanto para o capitalismo como para o estatismo, concomitantemente à revolução promovida pela tecnologia da informação. Na União Soviética, essa transição exigiu medidas que abalaram os interesses da máquina burocrática do Estado e da *nomenklatura* do partido. Ao perceber a importância de garantir a transição do sistema para um patamar mais elevado de forças produtivas e capacidade tecnológica, os reformistas, liderados por Gorbachev, apostaram tudo no apelo à sociedade para vencer a resistência oferecida pela *nomenklatura* ao processo de transformação. A *glasnost* (abertura) colocou a *uskorenie* (aceleração [econômica]) na linha de frente da *perestroika* (reestruturação). E a história tem demonstrado que, diante do contato da sociedade russa com um espaço político livre, tal sociedade recusa-se, justamente por ter sido reprimida por tanto tempo, a enquadrar-se em políticas estatais pré-moldadas, assume vida política própria e torna-se imprevisível e incontrollável. Isso é o que Gorbachev, na tradição de Stolypin, aprendeu uma vez mais, às próprias custas.

Ademais, a abertura à expressão política para a sociedade russa deu vazão à pressão contida das identidades nacionais — distorcidas, reprimidas e manipuladas durante o stalinismo. A busca por fontes de identidade distintas da decadente ideologia comunista provocou o esfacelamento da ainda frágil identidade soviética, enfraquecendo o Estado soviético de forma decisiva. O nacionalismo, inclusive o russo, tornou-se a expressão máxima dos conflitos entre sociedade e Estado, sendo o fator político imediato que culminou no processo de desintegração da União Soviética.

No cerne da crise que levou o país à *perestroika* e desencadeou o nacionalismo encontrava-se a incapacidade do estatismo soviético de assegurar a transição para o novo paradigma informacional, paralelamente ao processo que ocorria no resto do mundo. Tal hipótese não é, em absoluto, original. Na realidade, trata-se apenas da aplicação de um velho ideal marxista, segundo o qual sistemas sociais específicos podem emperrar o desenvolvimento de forças produtivas, admitidamente apresentadas aqui em uma inversão histórica que chega a ser irônica. Espero que a análise submetida à apreciação do leitor agregue valor em sua especificidade. Por que o estatismo demonstrou-se estruturalmente incapaz de dar prosseguimento à

reestruturação necessária para adaptar-se ao informacionalismo? Com certeza, não foi culpa do Estado *per se*. O Estado japonês e, além da costa do Mar do Japão, o Estado desenvolvimentista, cujas origens e conquistas são analisadas adiante (vide capítulo 4), têm sido instrumentos decisivos para o fomento à inovação tecnológica e competitividade global, bem como para a transformação de países bastante tradicionais em sociedades informacionais avançadas. Deve-se ressaltar que estatismo não é o mesmo que intervencionismo estatal. Entende-se por estatismo um sistema social específico voltado para a maximização do poder do Estado, em que a acumulação de capital e a legitimidade social estão subordinadas àquela meta precípua. O comunismo soviético (a exemplo do que ocorre em todos os sistemas comunistas) foi estruturado com o propósito de assegurar o controle total do partido sobre o Estado e do Estado sobre a sociedade, mediante o duplo comando formado por uma economia de planejamento central e uma ideologia marxista-leninista viabilizada por um aparato cultural submetido a controles rigorosos. Foi este sistema específico, e não o Estado considerado em sua totalidade, que demonstrou sua incapacidade de navegar nas águas turbulentas da transição histórica entre industrialismo e informacionalismo. As razões, as formas e as hipóteses referentes aos acontecimentos que levaram a essa conclusão constituem a matéria deste capítulo.

O MODELO EXTENSIVO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E OS LIMITES DO HIPERINDUSTRIALISMO

Estamos tão acostumados a depreciar as perspectivas sobre a economia russa durante os últimos anos, que muitas vezes nos esquecemos de que, por um longo período, sobretudo na década de 1950 e até o final dos anos 1960, de modo geral, o PNB soviético cresceu mais rapidamente que na maioria dos países do mundo, muito embora isso tenha sido conquistado com enormes custos humanos e ambientais.⁵ Não há como negar que os números oficiais das estatísticas soviéticas superestimaram grosseiramente a taxa de crescimento, em especial durante a década de 1930. O importante levantamento estatístico de G.I. Khanin,⁶ reconhecido em sua totalidade apenas na década de 1990, parece indicar que a renda nacional da União Soviética entre os anos de 1928 e 1987 não aumentou 89,5 vezes, como as estatísticas oficiais nos fizeram crer, mas só 6,9 vezes. Não obstante,

de acordo com o próprio Khanin (cujo trabalho devemos considerar como o limite mais baixo na escala da estimativa: vide tabelas 1.1, 1.2, 1.3 e figuras 1.1 e 1.2), o crescimento anual médio da renda nacional soviética foi de 3,2% no período compreendido entre 1928-1940, 7,2% em 1950-1960, 4,4% em 1960-1965, 4,1% em 1965-1970 e 3,2% em 1970-1975. Após o ano de 1975, o país atravessou uma fase que beirou a estagnação, apresentando crescimento negativo em 1980-1982 e após 1987. Contudo, de modo geral e durante a maior parte da existência da União Soviética, a taxa de crescimento econômico foi mais acelerada que a verificada no Ocidente, e seu ritmo de industrialização, um dos mais rápidos da história.

Tabela 1.1
Evolução da renda nacional soviética, 1928-1987: estimativas alternativas (variação no período, porcentagem anual).

<i>Período</i>	<i>TsSU</i>	<i>CIA</i>	<i>Khanin</i>
1928-1940	13,9	6,1	3,2 ^b
1940-1950	4,8	2	1,6 ^c
1928-1950	10,1	4,2	2,5
1950-1960	10,2	5,2	7,2
1960-1965	6,5	4,8	4,4
1965-1970	7,7	4,9	4,1
1970-1975	5,7	3	3,2
1975-1980	4,2	1,9	1
1980-1985	3,5	1,8	0,6
1985-1987	3	2,7	2
1950-1987	6,6	3,8	3,8
1928-1987	7,9	3,9	3,3

^a TsSU: Central de Administração Estatística (da URSS)

^b 1928-1941

^c 1941-1950

Fontes: Compilado por Harrison (1993: 146) a partir das fontes TsSU; Khanin (1991b: 85); CIA:GNP (1990a: tabela A-1).

Figura 1.1 Renda nacional soviética, 1928-1987: estimativas alternativas.

Fonte: compilado das figuras da tabela 1.1 de Harrison (1993: 145).

Tabela 1.2
Crescimento da produção e índices de inflação na União Soviética, 1928-1990 (variação no período, porcentagem anual).

	<i>Crescimento real de produtos</i>		<i>Riqueza Nacional</i>
	<i>Indústria</i>	<i>Construção</i>	
<i>TsSU^a</i>			
1928-1940	17	-	13,9
1940-1950	-	-	4,8
1950-1960	11,7	12,3 ^b	10,2
1960-1965	8,6	7,7	6,5
1965-1970	8,5	7	7,7
1970-1975	7,4	7	5,7
1975-1980	4,4	-	4,2
1980-1985	-	-	3,5
1985-1987	-	-	3
1928-1987	-	-	7,9
<i>Khanin</i>			
1928-1941	10,9	-	3,2
1941-1950	-	-	1,6
1950-1960	8,5	8,4 ^b	7,2
1960-1965	7	5,1	4,4
1965-1970	4,5	3,2	4,1
1970-1975	4,5	3,7	3,2
1975-1980	3	-	1
1980-1985	-	-	0,6
1985-1987	-	-	2
1928-1987	-	-	3,3
1980-1982	-	-	-2
1982-1988	-	-	1,8
1988-1990 ^c	-	-	-4,6

Tabela 1.2 (continuação).

	<i>Inflação dos preços no atacado</i>	
	<i>Verdadeiro</i>	<i>Escondido</i>
<i>TsSU^a</i>		
1928-1940	8,8	-
1940-1950	2,6	-
1950-1960	-0,5	-
1960-1965	0,6	-
1965-1970	1,9	-
1970-1975	0	-
1975-1980	-0,2	-
1980-1985	-	-
1985-1987	-	-

1928-1987	-	-
<i>Khanin</i>		
1928-1941	18,5	8,9
1941-1950	5,9	3,2
1950-1960	1,2	1,8
1960-1965	2,2	1,6
1965-1970	4,6	2,6
1970-1975	2,3	2,3
1975-1980	2,7	2,9
1980-1985	-	-
1985-1987	-	-
1928-1987	-	-
1980-1982	-	-
1982-1988	-	-
1988-1990 ^c	-	-

^a TsSU: Central de Administração Estatística (da URSS)

^b 1955-1960

^c Preliminar

Fontes: Compilado por Harrison (1993: 147) a partir das fontes TsSU; 1928-1987: "Riqueza nacional" calculado a partir de Khanin (1991b: 85); "Outras colunas" calculadas a partir de Khanin (1991a: 146, indústria; 167, construção; 206, 212, inflação dos preços; 1980-1990: calculado a partir de Khanin (1991b: 29).

Figura 1.2 Renda nacional soviética: papel dos insumos no crescimento da produção.

Fonte: compilado a partir das figuras de Khanin (1991a, b) de Harrison (1993: 149).

Tabela 1.3
Insumos e produtividade na União Soviética, 1928-1990 (variação no período, porcentagem anual).

	<i>Estoque de ativos fixos</i>	<i>Produtividade do capital</i>	<i>Produção por trabalhador</i>	<i>Intensidade material</i>
<i>TsSU^a</i>				
1928-1940	8,7	4,8	11,9	-0,3
1940-1950	1	3,1	4,1	-0,2
1950-1960	9,4	0,8	8	-0,5
1960-1965	9,7	-3	6	-0,2
1965-1970	8,2	-0,4	6,8	-0,4
1970-1975	8,7	-2,7	4,6	0,6
1975-1980	7,4	-2,7	3,4	0
1980-1985	6,5	-3	3	0
1985-1987	4,9	-2	3	0,4
1928-1987	7,2	0,5	6,7	-0,2
<i>Khanin</i>				
1928-1941	5,3	-2	1,3	1,7 ^b
1941-1950	2,4	-0,8	1,3	1,1
1950-1960	5,4	1,6	5	-0,5
1960-1965	5,9	-1,4	4,1	0,4
1965-1970	5,1	-1	3	0,4
1970-1975	3,9	-0,6	1,9	1
1975-1980	1,9	-1	0,2	1
1980-1985	0,6	0	0	1
1985-1987	0	2	2	-0,5
1928-1987	3,9	-0,6	2,2	0,8
1980-1982	1,5	-3,6	-2,5	2,5
1982-1988	1,9	-0,2	1,4	0,7
1988-1990	-0,5	-4,1	-4,1	3,4

^a TsSU: Central de Administração Estatística (da URSS)

^b 1,7 — 2%

^c Preliminar

Fontes: Compilado por Harrison (1993: 151) a partir das fontes TsSU; 1928-1987: Calculado a partir de Khanin (1991b: 85); 1980-1990: calculadas a partir de Khanin (1991b: 29).

Observe-se que o desempenho de um sistema deve ser avaliado de acordo com suas próprias metas. A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que durante meio século a União Soviética obteve um sucesso extraordinário. Se deixarmos de lado (será possível?) as dezenas de milhões de pessoas (sessenta milhões?) que morreram em decorrência de revoluções, guerras, fome, trabalhos forçados, deportação e execuções; a destruição das culturas, história e tradições nacionais (tanto na Rússia como nas demais repúblicas); a violação sistemática dos direitos humanos e da

liberdade política; a degradação generalizada de um meio ambiente até então praticamente intocado; a militarização da economia e a doutrinação da sociedade; se, por apenas um momento dedicado à análise, formos capazes de enxergar o processo histórico com olhos bolcheviques, não experimentaremos senão uma sensação de deslumbramento diante das dimensões heroicas da saga comunista. Em 1917, os bolcheviques eram um punhado de revolucionários profissionais, representando pequena fração do movimento socialista, o qual, por sua vez, era apenas parte de um movimento democrático mais amplo que promoveu a Revolução de fevereiro de 1917, quase que exclusivamente nas maiores cidades de um país cuja população rural representava 84% do total.⁷ E no entanto, lograram não só arrebataram o poder no golpe de outubro, livrando-se de qualquer tipo de concorrência da parte de todas as demais forças políticas, mas também vencer uma guerra revolucionária atroz contra os remanescentes do exército czarista, a Guarda Branca e as forças expedicionárias estrangeiras. No processo, eles também liquidaram o exército camponês anarquista de Makno e os marinheiros revolucionários de Kronstadt. Além disso, embora contassem com uma estreita base social na forma de uma míngua classe proletária urbana, à qual mal se agregavam alguns elementos da *intelligentsia*, os bolcheviques conseguiram criar, em tempo recorde, a despeito do isolamento internacional, uma economia industrializada suficientemente desenvolvida em apenas duas décadas para fornecer os equipamentos militares capazes de esmagar a máquina de guerra nazista. Imbuída de uma infatigável determinação, buscando superar o capitalismo, juntamente com uma paranoia defensiva até certo ponto compreensível, a União Soviética, um país pobre, de modo geral, em pouco tempo tornou-se uma potência nuclear, mantendo-se à altura dos Estados Unidos, do ponto de vista estratégico-militar, e saindo na frente na corrida espacial já por volta de 1957, para a surpresa e perplexidade dos governos do Ocidente que haviam acreditado em sua própria mitologia sobre a incapacidade de o comunismo desenvolver uma economia industrial avançada.

O preço pago por tais feitos, inegáveis, foi a deformação irreversível da economia.⁸ Na base da lógica econômica soviética havia uma série de prioridades em cascata.⁹ A agricultura tinha de ser explorada ao máximo para subsidiar a indústria e alimentar as populações urbanas, bem como ter seu contingente de mão de obra comprometido em função da necessidade de operários na indústria.¹⁰ Bens de consumo, moradia e serviços tinham de ceder lugar aos bens de capital e à extração de matérias-primas, para que o socialismo rapidamente tivesse condições

de atingir um grau de autossuficiência em todas as linhas de produção consideradas indispensáveis. A indústria pesada foi colocada a serviço da produção industrial militar, pois o poderio militar era o objetivo maior do regime e o principal sustentáculo do estatismo. A lógica leninista-stalinista, que considerava a força bruta, em sua forma mais pura e simples, a *raison d'être* do Estado — de todos os Estados, em última análise — perpassou todos os níveis da organização institucional da economia soviética, manifestando-se ao longo de toda a história do país sob diversas formas ideológicas.

Para assegurar o cumprimento de tais prioridades à risca e “levar o poder político aos postos de comando da economia,” conforme apregoado pelo slogan comunista, estabeleceu-se uma economia de planejamento central, a primeira do gênero em toda a história mundial, excetuadas algumas economias pré-industriais submetidas ao controle central. Claro, em uma economia como essa, os preços assumem função meramente contábil, não podendo encerrar nenhuma relação entre oferta e procura.¹¹ Assim, toda a economia era movimentada por meio de decisões administrativas verticalizadas entre as instituições responsáveis pelo planejamento e os ministérios executivos e entre os ministérios e as unidades de produção.¹² Os vínculos entre as unidades de produção não eram exatamente horizontais, uma vez que suas relações já haviam sido preestabelecidas por seus respectivos órgãos administrativos. No cerne dessa estrutura de planejamento centralizada, duas instituições davam as diretrizes da economia soviética. A primeira delas era o Gosplan, ou Conselho Estatal de Planejamento, que definia as metas econômicas nos chamados planos quinquenais, para em seguida determinar as medidas para implantação de cada produto, ano a ano, estipulando metas de produção e cotas de fornecimento a cada uma das unidades da indústria, construção, agricultura e até mesmo serviços. Entre outros detalhes, os “preços” para cerca de duzentos mil produtos eram fixados anualmente pelo governo central. Não é de surpreender que o sistema de programação linear dos soviéticos fosse um dos mais sofisticados do mundo.¹³

A outra grande instituição econômica, menos visível porém mais significativa, a meu ver, era o Gossnab (Conselho Estatal de Fornecimento de Materiais e Equipamentos), encarregado do controle de todos os suprimentos para cada transação em todo o país, desde um prego até um elefante. Enquanto o Gosplan se preocupava com a coerência de seus modelos matemáticos, o Gossnab, com seu “radar onipresente”, era quem de fato liberava o fornecimento de suprimentos, exercendo o controle efetivo sobre os fluxos de mercadorias e materiais e, por

consequente, monitorando todo e qualquer tipo de escassez, um aspecto fundamental do sistema soviético. O Gosbank, ou banco central, jamais desempenhou papel econômico relevante, uma vez que a circulação de crédito e de recursos era consequência direta das decisões tomadas pelo Gosplan, segundo a interpretação e os métodos de implantação determinados pelo Estado e em conformidade com as diretrizes do comitê central do partido.¹⁴

Para atingir rapidamente o estágio de industrialização necessário e conquistar as metas estabelecidas nos planos, o Estado soviético recorreu à mobilização total de recursos humanos e naturais de um país imenso e rico, cuja área ocupa um sexto da superfície do globo.¹⁵ Este modelo extensivo de crescimento econômico caracterizou a União Soviética não só durante a fase de acumulação primitiva de riquezas dos anos 1930,¹⁶ mas também no período pós-stalinista.¹⁷ Portanto, de acordo com Aganbegyan,

[...] em um período quinquenal típico do pós-guerra, a aplicação básica de recursos e investimentos em infraestrutura aumentou uma vez e meia, a extração de combustíveis e matérias-primas cresceu de 25% a 30%, e 10 a 11 milhões de novos trabalhadores foram recrutados, dos quais grande parte foi transferida para os novos setores de produção. Essa tendência marcou todo o período compreendido entre 1956 e 1975. O último período quinquenal em que houve crescimento substancial na utilização de recursos foi 1971-1975. Naquele período, um índice composto representando a evolução de todos os recursos utilizados na produção demonstrou um crescimento de 21%.¹⁸

Assim, o modelo soviético de crescimento econômico pode ser caracterizado como típico de uma economia industrial nos primeiros estágios de desenvolvimento. Sua taxa de crescimento existia em função do volume de investimentos em bens de capital e insumos, em que mudanças técnicas tinham importância menor, e o retorno sobre o investimento potencialmente diminuía à proporção que o suprimento de recursos se esgotava (vide tabela 1.4 e figura 1.3). Em termos econométricos, foi um modelo de crescimento caracterizado pela função da elasticidade constante da produção com retornos constantes à escala.¹⁹ O destino desse modelo dependia de sua capacidade de manter a absorção dos recursos adicionais ou então aumentar a produtividade por meio de avanços tecnológicos e/ou emprego de vantagens comparativas no comércio internacional.

Tabela 1.4
Taxas de crescimento do PNB, força de trabalho e capital soviéticos, com índices de investimento/PNB e produção/capital.

Ano	Taxa de crescimento		
	PIB (%)	Mão de obra em horas de trabalho (%)	Capital social (%)
1951	3,1	-0,1	7,7
1952	5,9	0,5	7,5
1953	5,2	2,1	8,6
1954	4,8	5,1	10,5
1955	8,6	1,6	10,6
1956	8,4	1,9	10,3
1957	3,8	0,6	9,9
1958	7,6	2	10
1959	5,8	-1	9,7
1960	4	-0,3	9,2
1961	5,6	-0,7	8,9
1962	3,8	1,4	8,8
1963	-1,1	0,7	8,8
1964	11	2,9	8,6
1965	6,2	3,5	8,2
1966	5,1	2,5	7,7
1967	4,6	2	7,2
1968	6	1,9	7,1
1969	2,9	1,7	7,2
1970	7,7	2	7,8
1971	3,9	2,1	8,1
1972	1,9	1,8	8,2
1973	7,3	1,5	8
1974	3,9	2	7,8
1975	1,7	1,2	7,6
1976	4,8	0,8	7,2
1977	3,2	1,5	7
1978	3,4	1,5	6,9
1979	0,8	1,1	6,7
1980	1,4	1,1	6,5

Tabela 1.4 (continuação).

Ano	Investimento bruto / Taxa do PIB (%)	Resultado / Taxa capital (média)
1951		0,82
1952		0,81
1953		0,78
1954		0,74

1955		0,73
1956		0,72
1957		0,68
1958		0,66
1959		0,64
1960	17,8	0,61
1961	18,1	0,59
1962	17,9	0,56
1963	19,3	0,51
1964	19,1	0,52
1965	18,9	0,51
1966	19,2	0,50
1967	19,9	0,49
1968	20,2	0,48
1969	20,3	0,46
1970	21	0,46
1971	21,7	0,45
1972	22,9	0,42
1973	22,3	0,42
1974	23	0,40
1975	24,6	0,38
1976	24,5	0,37
1977	24,6	0,36
1978	25,2	0,35
1979	25,2	0,33
1980	25,4	0,31

PIB e investimento (informação para a qual a avaliação é de 1960) estão em termos de 1970, enquanto a data para capital social é de 1973, em rublos. O Resultado/Taxa capital são coeficientes médios derivados da divisão de valores absolutos de taxa e de capital durante anos determinados. Esta última é a média do capital social no início de dois anos consecutivos.

Fonte: Compilado e elaborado por Desai (1987: 17).

Figura 1.3 Taxas de crescimento do PNB soviético, 1951-1980. As taxas anuais de crescimento foram obtidas a partir da média de três anos e plotadas com base no ano intermediário de cada período analisado.

Fonte: elaborado a partir da Tabela 1.4, col.2.

Entretanto, a economia soviética desenvolveu-se em regime de autarquia e, por longo período, em ambiente mundial hostil que gerou no país uma mentalidade de estado de sítio.²⁰ O comércio foi reduzido a itens essenciais, sempre condicionado, no tocante a importações e exportações, a questões de segurança nacional. A aquisição predatória de recursos adicionais nunca foi de fato uma opção para a União Soviética, mesmo depois de o Tratado de Yalta ter reconhecido sua

ocupação da Europa Oriental. Seus Estados vassallos, desde a Alemanha Oriental até Cuba e Vietnã, eram considerados, em vez de colônias econômicas, peças para manobras políticas, sendo que alguns deles (por exemplo, Cuba) constituíam enormes despesas para o orçamento soviético.²¹ Curiosamente, essa prevalência dos critérios políticos sobre os econômicos estendeu-se também às relações entre a Rússia e as repúblicas soviéticas não russas. A União Soviética é um caso único de dominação nacional em que houve uma discriminação inversa na destinação de investimentos e recursos, em que a Rússia distribuía às demais repúblicas uma quantidade de recursos bem maior do que a obtida dessas repúblicas.²² Dada a tradicional desconfiança soviética em relação à imigração estrangeira, e com base na crença do potencial ilimitado de recursos nas áreas asiática e setentrional do país, a orientação *econômica* do governo não se preocupou com a ampliação do alcance geográfico do império, mas sim com uma mobilização mais efetiva dos recursos soviéticos — humanos e naturais (pondo as mulheres para trabalhar fora e buscando fazer as pessoas trabalharem com mais afinco).

As deficiências desse modelo extensivo de crescimento econômico decorreram diretamente das características que asseguraram o sucesso histórico das metas políticas do Estado soviético. Os sacrifícios exigidos na agricultura, bem como a política brutal de coletivização, impuseram um obstáculo intransponível à produtividade rural, não só em termos de cultivo, mas também de colheita, armazenamento e distribuição da produção.²³ Muitas vezes, a produção era abandonada nos campos de forma deliberada, ou estragava nos armazéns, ou ainda durante a longa viagem de transporte aos silos localizados o mais distante possível das aldeias camponesas para evitar saques de uma população rural ressentida e indigna de confiança. Sistemáticamente, pequenas propriedades rurais privadas contribuía com parcelas cada vez maiores de produção, mas eram de porte muito reduzido, sendo muitas vezes submetidas a controles e abusos para compensar a diferença em relação a uma agricultura ruínosa. Como a União Soviética passou de um estado de emergência para uma sociedade que tentava alimentar seus cidadãos, os déficits agrícolas tornaram-se carga onerosa sobre o orçamento do Estado e sobre as importações soviéticas, retirando, pouco a pouco, os recursos destinados ao investimento industrial.²⁴

A economia de planejamento central, perdulária em demasia, porém eficaz na mobilização de recursos para o cumprimento de metas prioritárias, era também a fonte de uma série interminável de rígidos controles e desajustes que causavam queda na produtividade à medida que a economia se tornava mais complexa,

tecnologicamente avançada e mais diversificada em termos organizacionais. No momento em que a população teve condições de manifestar preferências de consumo acima do nível de subsistência, em que os avanços tecnológicos impuseram a transformação de procedimentos de trabalho preestabelecidos, e em que, pura e simplesmente, o porte da economia, interdependente do ponto de vista funcional de uma vasta escala geográfica, escapou aos métodos de planejamento das autoridades do Gosplan, a economia de comando começou a padecer de disfunções sistêmicas na prática de implementação do plano. Burocracias verticalizadas, que exerciam o controle com mão de ferro, estagnadas ante uma era de flexibilidade, tornaram-se cada vez mais anacrônicas, vagando pelos caminhos incertos de suas próprias interpretações das tarefas a serem cumpridas segundo o planejamento.

A despeito do enorme volume de recursos alocados pela União Soviética para o avanço da ciência e da pesquisa e desenvolvimento (P&D), e apesar de o país contar com o maior número de cientistas e engenheiros entre a população economicamente ativa em relação a qualquer outro país importante do mundo,²⁵ o sistema também desestimulou a busca pela inovação em uma época de mudanças tecnológicas fundamentais. Como inovações invariavelmente representam risco e imprevisibilidade, as unidades de produção, em todos os níveis, eram sistematicamente desestimuladas a assumir tais empreitadas. Além do mais, o sistema de contabilidade adotado pela economia planejada impunha um grande obstáculo à inovação voltada à melhoria da produtividade, tanto em termos tecnológicos quanto gerenciais. Isso se explica pelo fato de que o desempenho de cada unidade era mensurado com base no valor bruto da produção expresso em rublos. Tal valor da produção (conhecido como *valovaya produktsiya*, *val*) incluía o valor de todos os insumos utilizados. A comparação do *val* em relação ao ano imediatamente anterior indicava o grau de realização do plano e, em última análise, a recompensa para os administradores e trabalhadores. Dessa forma, não havia interesse em reduzir o valor dos insumos de determinado produto, empregando, por exemplo, recursos tecnológicos mais avançados ou adotando um método mais eficiente de administração, pois o sistema *val* não refletiria esses ganhos na forma de maior valor agregado.²⁶ A organização verticalizada da produção, inclusive a produção científica, impôs enormes dificuldades para o estabelecimento de relações de sinergia entre produção e pesquisa. De maneira geral, a Academia de Ciências manteve-se isolada da indústria, e cada ministério dispunha de seu próprio sistema de apoio à pesquisa, normalmente à parte dos

demais ministérios, e atuando poucas vezes em regime de cooperação. Soluções tecnológicas parciais *ad hoc* constituíam regra na economia soviética logo no momento em que inovações tecnológicas absolutamente fora de planejamento abriam terreno nas economias capitalistas avançadas no despontar da Era da Informação.²⁷

Do mesmo modo, as prioridades estabelecidas por razões políticas para cada ramo e setor da economia permitiram a realização das metas do Partido Comunista, sendo responsáveis ainda pela conquista da posição de superpotência em cerca de três décadas. Contudo, prioridades sistêmicas resultaram em desequilíbrios sistêmicos entre os setores e desajuste crônico entre oferta e procura na maioria dos produtos e processos. Uma vez que não havia como os preços refletirem tais desajustes por serem estipulados por decisões administrativas, a diferença acabava levando à escassez. A falta de toda a sorte de produtos transformou-se em um aspecto estrutural da economia soviética.²⁸ E a escassez trouxe consigo o desenvolvimento de métodos para lidar com ela, do consumidor à loja, do fabricante ao fornecedor, de administrador para administrador. O que começou como solução pragmática para contornar o problema da escassez, em uma rede de favores recíprocos, acabou como um enorme sistema de intercâmbio econômico informal, cada vez mais organizado à base de pagamentos ilícitos, em dinheiro ou em espécie. Considerando que a obediência a burocratas encarregados das atividades de supervisão e a proteção por parte de tais burocratas eram pré-requisitos para que o sistema funcionasse desrespeitando as regras em tamanhas proporções, o partido e o Estado viram-se imersos em uma gigantesca economia paralela, uma dimensão fundamental do sistema soviético, que foi analisado de forma minuciosa por Gregory Grossman, um dos maiores estudiosos da economia da União Soviética.²⁹ Por vezes, defende-se a tese de que essa economia paralela tenha mitigado os rigores do sistema, criando um mecanismo próximo ao de mercado que permitiu que a verdadeira economia funcionasse. De fato, tão logo os administradores e democratas descobriram as benesses da economia marcada por períodos de escassez, a falta de produtos era induzida com frequência, bastando para isso seguir à risca as rigorosas regras do plano, gerando assim a necessidade de afrouxar os controles do sistema — a certo preço. A economia paralela, que se desenvolveu consideravelmente durante os anos 1970 com a anuência da *nomenklatura* do partido, causou profunda mudança na estrutura social soviética, desarticulando e onerando uma economia planejada que, por definição, não mais podia planejar, pois o interesse dominante das autoridades responsáveis pelo

acesso às portas do aparato administrativo era cobrar comissões por fora em vez de receber as recompensas previstas no sistema pela realização das metas de planejamento.³⁰

O isolamento internacional da economia soviética demonstrou-se funcional para o sistema à medida que possibilitou a operacionalização do plano (praticamente inviável em uma economia aberta) e por haver protegido a produção das pressões da concorrência internacional. Contudo, justamente pelo mesmo motivo, a indústria e a agricultura soviéticas ficaram impossibilitadas de competir na economia mundial, logo no momento histórico da formação de um sistema global e interdependente. Quando a União Soviética se viu forçada a importar mercadorias, desde máquinas avançadas e bens de consumo a ração animal, descobriu o efeito danoso das limitações causadas por sua diminuta capacidade de exportar seus bens manufaturados em troca. Recorreu então a um enorme volume de exportações de petróleo, gás, matérias-primas e metais preciosos, que na década de 1980 representavam 90% das exportações soviéticas para o mundo capitalista, com o petróleo e o gás respondendo, sozinhos, por dois terços dessas exportações.³¹ Esse tipo de configuração no comércio exterior, típica de economias subdesenvolvidas, está suscetível à secular depreciação dos preços de matérias-primas *vis à vis* os preços de produtos manufaturados, ficando também muito vulnerável às flutuações no preço do petróleo nos mercados internacionais.³² Tal dependência da exportação de recursos naturais desviou boa parte dos recursos energéticos e matérias-primas do curso dos investimentos na própria economia soviética, o que comprometeu ainda mais o modelo extensivo de crescimento. Por outro lado, quando o preço do petróleo caiu, em 1986, a capacidade de importação da economia foi severamente abalada, agravando o problema da escassez de bens de consumo e insumos agrícolas.³³

Entretanto, talvez a falha com efeito mais devastador sobre a economia soviética tenha sido precisamente o ponto forte do Estado soviético: um complexo militar-industrial inchado e um orçamento insustentável para defesa. Na década de 1980, os gastos com defesa da União Soviética eram estimados em cerca de 15% do PNB, mais que o dobro do orçamento dos EUA para o mesmo fim no auge do plano militar de defesa do governo Reagan. Outras estimativas elevam esse percentual para cerca de 20-25% do PNB.³⁴ Por volta de 40% de toda a produção industrial estava vinculada à defesa, e a produção de empresas cujas atividades se incluíam no âmbito do complexo militar-industrial correspondia a cerca de 70% de toda a produção industrial. Mas os danos causados à economia civil por essa gigantesca

indústria militar foram mais profundos.³⁵ As empresas operantes nesse ramo de atividade concentravam o que havia de melhor entre cientistas, engenheiros e mão de obra qualificada, que por sua vez dispunham das melhores máquinas, bem como acesso a recursos tecnológicos. Possuíam centros de pesquisa próprios com as tecnologias mais avançadas do país, além de gozarem de prioridade na distribuição das cotas de importação. Portanto, detinham a nata do potencial industrial, humano e tecnológico da União Soviética. E uma vez alocados ao setor militar, raramente esses recursos retornavam a atividades produtivas e aplicações civis. Descobertas tecnológicas independentes eram raridade, e a proporção de bens produzidos pelo setor civil em relação à produção total das empresas atuantes no setor militar em geral era inferior a 10%. Mesmo assim, a maioria dos aparelhos de TV e outros bens de consumo eletrônicos eram produzidos por empresas militares, como derivados de sua principal atividade. Desnecessário dizer que, em consequência da dependência orgânica por parte de tais empresas do Ministério da Defesa, o interesse pela satisfação do cliente era mínimo. O complexo militar-industrial agia como um buraco negro na economia soviética, absorvendo a maior parte da energia criativa da sociedade e fazendo-a desaparecer em um abismo de inércia invisível. Afinal, a militarização da economia é um atributo lógico do sistema que dá prioridade absoluta ao poder do Estado em nome do próprio poder do Estado. O fato de um país empobrecido, eminentemente rural e pouco desenvolvido como a União Soviética no início do século ter sido capaz de se tornar uma das maiores potências militares da história em apenas três décadas necessariamente haveria de implicar um preço à economia civil e ao dia a dia dos cidadãos soviéticos.

Os líderes soviéticos não estavam desatentos às contradições e aos pontos de estrangulamento que vinham se desenvolvendo na economia planejada. De fato, conforme mencionado anteriormente, a história da União Soviética foi dominada por esforços periódicos de reforma e reestruturação.³⁶ Kruchev tentou trazer as conquistas do socialismo para mais perto dos lares soviéticos mediante a melhoria da produção agrícola e maior atenção aos bens de consumo, à moradia e aos benefícios sociais, sobretudo as pensões.³⁷ Além disso, Kruchev vislumbrou uma nova forma de economia, capaz de estimular o completo desenvolvimento das forças produtivas. A ciência e a tecnologia seriam colocadas a serviço do desenvolvimento econômico, e o país usufruiria dos recursos naturais provenientes da Sibéria e das repúblicas do extremo oriente e da Ásia Central. Na esteira do entusiasmo causado pelo lançamento bem-sucedido dos primeiros sputniks, o 21º

Congresso do Partido, extrapolando a base dos indicadores de crescimento, previu que a URSS chegaria à condição de paridade econômica com os Estados Unidos em vinte anos. Assim, a estratégia global que visava à derrota do capitalismo se reverteu, da inevitabilidade de um confronto armado, para uma política de coexistência e concorrência pacíficas. Kruchev de fato acreditava que o efeito-demonstração das conquistas do socialismo, em última análise, levaria os partidos comunistas e seus aliados ao poder no resto do mundo.³⁸ Entretanto, antes de engajar-se no movimento comunista internacional visto sob essa perspectiva tão grandiosa (contestada pelos comunistas chineses), ele sabia que a burocracia do Estado soviético deveria passar por mudanças. Com a linha-dura do partido na defensiva em decorrência da revelação das atrocidades cometidas por Stalin no 20º Congresso do Partido, Kruchev fechou os ministérios econômicos, limitou o poder do Gosplan e transferiu a responsabilidade para os conselhos econômicos regionais (*sovnarkhozy*). A burocracia reagiu, como era de se esperar, com a reconstrução das redes informais de controle e gerenciamento hierárquico de recursos que eram escassos. A desorganização do sistema de planejamento daí resultante levou a quedas na produção e à desaceleração significativa na taxa de crescimento da agricultura, principal alvo das reformas promovidas por Kruchev. Antes que Kruchev pudesse reagir à sabotagem de suas políticas, admitidamente deficientes por seu voluntarismo excessivo, o aparato do partido encenou um golpe interno que pôs fim ao mandato de Kruchev em 1964. Logo após a queda de Kruchev, os poderes do Gosplan foram restituídos, e novos ministérios foram criados, mediante os quais as autoridades de planejamento puderam fazer cumprir suas diretivas.

A reforma econômica não estava de todo paralisada, porém vinha sendo redirecionada do nível da administração estatal para o empresarial. As reformas realizadas por Kosygin em 1965,³⁹ inspiradas pelos economistas Liberman e Nemchinov, deram maior poder de decisão aos administradores de empresas e passaram a testar um sistema de preços em que se pagava por recursos com a produção. Dedicou-se maior atenção aos bens de consumo (cuja produção, pela primeira vez, cresceu mais rápido que a de bens de capital no período 1966-1970). A agricultura beneficiou-se de incentivos, o que resultou em aumento substancial na produção no quinquênio 1966-1971. Não obstante, ao se depararem com a lógica da economia planejada, essas reformas não puderam resistir por muito tempo. Às empresas que apresentaram ganhos de produtividade através da liberdade recém-adquirida foram impostas maiores cotas de produção para o ano

seguinte. Os administradores e trabalhadores com espírito empreendedor (como no caso da empresa que em 1967 se transformou no modelo das reformas, o complexo químico de Cheniko, em Tula), sentiram-se presos a uma verdadeira armadilha, pois eram punidos com a intensificação do ritmo de trabalho, ao passo que as empresas que mantiveram um nível de produção estável, dentro dos padrões considerados normais, eram deixadas ao sabor de sua própria rotina burocrática. No início dos anos 1970, Kosygin perderia o poder, e o potencial inovador das tímidas reformas promovidas até então esmaeceria.

Não obstante, os primeiros 10 anos da era Brejnev (1964-1975)⁴⁰ testemunharam um crescimento econômico moderado (pouco acima de 4% ao ano, em média), acompanhado de estabilidade política e de melhoria lenta e constante das condições de vida da população. O termo “estagnação” (*zastoi*), normalmente aplicado ao período do governo Brejnev, não faz justiça à primeira parte de seu mandato.⁴¹ A relativa estagnação instalou-se de 1975 em diante e, em 1980, registrou-se uma taxa zero de crescimento. As causas de tal estagnação parecem ter sido estruturais, representando os fatores diretamente responsáveis pela implantação da *perestroika* de Gorbachev.

Padma Desai apresentou dados empíricos, bem como uma interpretação econométrica, do atraso no crescimento da economia soviética (vide figura 1.3), cujas principais razões podem ser imputadas à taxa decrescente de mudanças tecnológicas e aos retornos cada vez menores propiciados pelo modelo extensivo de acumulação.⁴² Abel Aganbegyan também atribui a desaceleração do crescimento econômico ao esgotamento do modelo de industrialização com base no uso extensivo de capital, mão de obra e recursos naturais.⁴³ O atraso tecnológico levou à queda na produção nos campos de petróleo e gás natural, nas minas de carvão, na extração de minério de ferro e de metais raros. O custo da exploração de novos recursos tinha enorme aumento em consequência das grandes distâncias e das barreiras geográficas criadas pelas condições inóspitas das áreas setentrionais e orientais do território soviético. A oferta de mão de obra diminuía na economia soviética à medida que as taxas de natalidade caíam, em decorrência do programa educacional e do desenvolvimento econômico, e porque o processo de assimilação da mulher na força de trabalho estava praticamente concluído. Portanto, um dos pilares do modelo extensivo de acumulação, isto é, aumento quantitativo lento e constante da força de trabalho, desapareceu. O influxo de capitais também estava limitado pela queda no retorno sobre investimentos em uma mesma função produtiva, característica de economias nos primeiros estágios de industrialização.

Para produzir a mesma quantidade, sob as novas condições econômicas do sistema, era necessário o emprego de mais capital, conforme indicado pela queda vertiginosa no índice produção-capital (vide tabela 1.4).

Esse atraso também estava relacionado à dinâmica e à lógica burocrática inerentes ao modelo de acumulação. Stanislav Menshikov, em trabalho conjunto com uma equipe de jovens economistas do Instituto de Economia da Academia de Ciências em Novosibirsk na década de 1970, desenvolveu um modelo intersetorial para a economia soviética. Em suas palavras:

Análises econômicas demonstraram que os responsáveis pelas decisões em termos de investimentos, produção e distribuição na verdade não tinham como objetivo a melhoria do bem-estar da população, o incentivo ao progresso tecnológico e a manutenção das taxas de crescimento em um nível suficientemente elevado de modo a preservar o equilíbrio econômico. Em vez disso, tomavam-se decisões com o propósito de maximizar o poder dos ministérios na luta pela partilha dos recursos materiais, naturais, financeiros, intelectuais e de mão de obra, todos excessivamente centralizados. Nossas análises econômico-financeiras revelaram que o sistema padecia de uma inexorável inércia, estando fadado a tornar-se cada vez mais ineficiente.⁴⁴

Tal ineficiência passou a ser gritante quando as exigências de consumo de uma população com um grau de escolaridade mais elevado e maior autoconfiança começou a pressionar o governo, não por meio de movimentos sociais que contestavam o sistema, mas pela expressão fiel da exigência dos cidadãos por um aumento gradativo no nível de bem-estar social, tal como prometido pelo governo.⁴⁵

Entretanto, dois importantes problemas estruturais pareciam impedir o sistema de promover a própria reestruturação por volta dos anos 1980. De um lado, o esgotamento do modelo extensivo de crescimento econômico implicava a necessidade de mudança para um novo equacionamento da produção, no qual os avanços tecnológicos pudessem adquirir maior importância, e os benefícios trazidos pela revolução tecnológica fossem empregados para aumentar substancialmente a produtividade da economia como um todo. Para tanto, seria necessário que uma parcela dos excedentes de produção pudesse ser destinada ao consumo, sem comprometer a atualização do aparato militar. De outro lado, a excessiva burocratização do sistema de administração econômica, bem como as consequências funestas de seu corolário, qual seja, o crescimento da economia

paralela, tinha de ser ajustada mediante uma reforma nas instituições de planejamento, mantendo sob controle os circuitos paralelos de apropriação e distribuição de bens e serviços. Em ambas as frentes — modernização tecnológica e regeneração da máquina administrativa — os obstáculos eram tremendos.

A QUESTÃO TECNOLÓGICA

Apesar das deficiências existentes no sistema de planejamento centralizado, a União Soviética logrou desenvolver uma poderosa economia industrial. Quando, em 1961, Kruchev lançou o desafio ao mundo, afirmando que nos anos 1980 a URSS produziria mais bens industriais que os EUA, a maioria dos observadores ocidentais julgou a afirmação ridícula, mesmo estando na esteira do “efeito sputnik”. Ironicamente, no entanto, ao menos de acordo com as estatísticas oficiais e a despeito do atraso econômico e do caos social, na década de 1980 a produção da URSS era substancialmente maior que a dos EUA em diversos setores da indústria pesada: 80% mais aço, 78% mais cimento, 42% mais petróleo, 55% mais fertilizantes, o dobro de ferro-gusa e cinco vezes mais tratores.⁴⁶ O problema, contudo, era que, nesse ínterim, o sistema de produção mundial passava pelo processo de transição para a indústria química e eletrônica, além de estar ingressando na revolução biotecnológica, justamente as áreas em que a economia e tecnologia soviéticas encontravam-se bastante ultrapassadas.⁴⁷ De acordo com todas as análises e os indicadores disponíveis, a União Soviética passou ao largo da revolução da tecnologia da informação que varreu o mundo em meados dos anos 1970. Em um estudo que realizei em conjunto com Svetlana Natalushko, em 1991-1993, sobre as maiores empresas de microeletrônica e telecomunicações de Zelenograd (o Vale do Silício soviético, a 25 km de Moscou),⁴⁸ a imensa defasagem tecnológica da indústria eletrônica soviética em relação ao Ocidente saltou aos olhos, não obstante a alta competência técnica dos profissionais de ciência e engenharia entrevistados. Por exemplo, em plena década de 1990, as empresas russas ainda não tinham condições de projetar chips de tamanho inferior a um micron, e suas “câmaras limpas” eram tão “sujas” que elas não conseguiam nem mesmo produzir os chips mais avançados que projetavam. Na realidade, a principal razão que nos foi apresentada para o subdesenvolvimento tecnológico era a falta de equipamentos adequados para a produção de semicondutores. História

semelhante ocorreu com a indústria da informática que, segundo as observações de outro estudo que realizei nos institutos de pesquisa da Seção Siberiana da Academia de Ciências em Novosibirsk, em 1990, parecia estar cerca de vinte anos atrasada em comparação às similares japonesa e norte-americana.⁴⁹ A revolução promovida pelo PC (*personal computer*) sobrepujou a tecnologia soviética por completo, exatamente como fez com a IBM. Contudo, ao contrário da IBM, a União Soviética levou mais de uma década para começar a projetar e produzir seu clone de PC, tão parecido com o Apple I que chega a despertar suspeitas.⁵⁰ Na outra ponta desse espectro, em computadores de alta performance, que devem ter sido o ponto forte de um sistema tecnológico estatal, o nível máximo de desempenho dos computadores soviéticos em 1991 — ano em que a produção atingiu seu ponto mais alto na URSS — era mais de duas ordens de grandeza inferior ao do Cray Research (instituto de pesquisa e desenvolvimento de supercomputadores nos EUA) sozinho.⁵¹ Quanto à maior parte da infraestrutura tecnológica essencial, a avaliação do sistema de telecomunicações soviética efetuada por Diane Doucette em 1992 também constatou atraso em relação a qualquer um dos principais países industrializados.⁵² Mesmo nas principais tecnologias com aplicações militares, no final dos anos 1980 a União Soviética estava bastante atrasada em relação aos EUA. Em um estudo comparativo sobre tecnologia militar envolvendo os EUA, a OTAN, o Japão e a URSS, realizado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos em 1989, a União Soviética foi considerada o país menos avançado em 15 dos 25 tipos de tecnologia submetidas à avaliação, não atingindo a condição de paridade em relação aos EUA em nenhum campo tecnológico.⁵³ A avaliação da tecnologia militar realizada por Malleret e Delaporte também parece confirmar este fato.⁵⁴

Mais uma vez, não existe uma razão óbvia e direta para tal atraso. A União Soviética não só possuía sólida base científica e uma tecnologia avançada o suficiente para vencer os EUA na corrida ao espaço no final da década de 1950,⁵⁵ como também a doutrina oficial do governo Brejnev introduziu a “revolução científica e tecnológica” (RCT) como peça fundamental da estratégia soviética para derrotar o Ocidente e erigir o comunismo sobre uma base tecnológica impulsionada pelas relações socialistas de produção.⁵⁶ Tampouco esta prioridade se traduzia pura e simplesmente em retórica ideológica. A importância atribuída à RCT tinha o respaldo de investimentos maciços em ciência, P&D e treinamento de profissionais da área técnica, de modo que, por volta de 1980, a URSS contava com mais cientistas e engenheiros proporcionalmente ao total da população do que qualquer outro país importante do mundo.⁵⁷

Assim, temos diante de nós a ideia totalmente inusitada de que “o sistema”, não o povo, nem a falta de recursos materiais destinados ao desenvolvimento técnico e científico, foi responsável por corroer suas próprias estruturas, provocando atraso tecnológico logo em um momento crucial de mudança de paradigma nos demais países do mundo. De fato, até o início dos anos 1960, não havia indícios de atraso significativo da União Soviética nos principais campos tecnológicos, com a grande exceção das ciências biológicas, devastadas pelo lisenkoísmo.⁵⁸ Porém, tão logo o fenômeno da descontinuidade se instaurou na evolução tecnológica, tal como ocorreu no Ocidente a partir dos anos 1970, a pesquisa científica não pôde mais contribuir para o progresso tecnológico, e os esforços de aprendizagem por intermédio da engenharia reversa lançou a União Soviética em uma causa desde o início perdida contra o ritmo acelerado da inovação tecnológica, observado nos Estados Unidos e no Japão.⁵⁹ “Alguma coisa” aconteceu durante a década de 1970 que ocasionou atraso tecnológico na URSS. Contudo, essa “coisa” não ocorreu na União Soviética, mas nos países capitalistas avançados. Diante das características da nova revolução tecnológica, com base na tecnologia da informação e na rápida difusão das conquistas tecnológicas em uma ampla gama de aplicações, o sistema soviético encontrou enormes dificuldades de assimilação e adaptação dessa nova realidade às suas finalidades. Não foi a crise do período de estagnação de Brejnev que emperrou o desenvolvimento tecnológico. Esse fato pode ser atribuído à incapacidade de o sistema soviético integrar-se de maneira efetiva à tão aclamada “revolução técnico-científica” que contribuiu para sua estagnação econômica. Sejam mais específicos quanto aos motivos dessa incapacidade.

O primeiro deles foi a absorção dos recursos econômicos, ciência e tecnologia, maquinário avançado e capacidade intelectual pelo complexo militar-industrial. Esse vasto universo, que no início da década de 1980 respondeu por cerca de dois terços da produção industrial, recebendo, juntamente com as forças armadas, de 15% a 20% de todo o PNB soviético,⁶⁰ transformou-se em um gigantesco repositório de ciência e tecnologia fadado ao desperdício: recebeu os melhores talentos e equipamentos disponíveis, dando em troca à economia civil apenas aparelhos elétricos e bens de consumo eletrônicos medíocres.⁶¹ Poucos dos avanços tecnológicos descobertos, utilizados ou aplicados no complexo militar-industrial foram revertidos em benefício da sociedade, principalmente por motivos de segurança, mas também por causa do controle das informações que tornavam as empresas militares verdadeiros oligopólios de *know-how* industrial avançado. Além disso, a lógica das empresas militares, tanto no Leste como no Oeste, estava e

está, sobretudo, voltada a agradar um único cliente: o Ministério da Defesa.⁶² Portanto, as tecnologias foram desenvolvidas, ou adaptadas, para atender aos requisitos altamente específicos da indústria militar, o que explica as dificuldades consideráveis de qualquer projeto de conversão tanto na Rússia como nos EUA. Quem é que precisa, no mercado consumidor ou na indústria, de um chip projetado para resistir a uma explosão nuclear? O que salvou as indústrias eletrônicas norte-americanas — que trabalhavam para o Ministério da Defesa — da rápida obsolescência foi sua relativa abertura à concorrência por parte de outras empresas norte-americanas, bem como dos fabricantes japoneses de componentes eletrônicos.⁶³ Já as empresas soviéticas, atuando em uma economia fechada, sem incentivo à exportação e sem qualquer outra finalidade senão seguir as especificações de um Ministério da Defesa, não necessariamente a par de todas as últimas inovações tecnológicas, embrenharam-se em uma cruzada tecnológica cada vez mais afastada das necessidades da sociedade e dos processos de inovação do resto do mundo.⁶⁴

A lógica imposta pelas necessidades militares sobre o desenvolvimento tecnológico teve ampla responsabilidade pelo sucateamento dos computadores soviéticos, que não ficavam muito atrás de seus equivalentes do Ocidente entre meados da década de 1940 e meados dos anos 1960, sendo um elemento fundamental no progresso conquistado pelo programa espacial soviético em seus primórdios.⁶⁵ Os projetos para computadores começaram na Academia de Ciências de Kiev nos anos 1940, sob a direção do Professor S. A. Lebedev.⁶⁶ O primeiro protótipo, chamado de MESM, foi construído em 1950, apenas quatro anos após o primeiro computador norte-americano, o UNIAC. Com base nesses protótipos, no final dos anos 1950 e na década de 1960, foi desenvolvida uma série completa de computadores de grande porte (*mainframes*): M-20, BASM-3M, BASM-4, M-220 e M-222. Essa linha de desenvolvimento atingiu seu auge em 1968 com a fabricação de uma poderosa máquina, o BESM-6, capaz de executar oitocentas mil operações por segundo, tornando-se a força motriz da computação soviética durante as duas décadas seguintes. Contudo, essa foi a última grande inovação de uma indústria de informática endógena na URSS. Em 1965, sob pressão dos militares, o governo soviético decidiu adotar o modelo IBM 360 como padrão para o Sistema Unificado de Computação do COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua), organização internacional dos países do Leste Europeu liderada pela URSS. Desse momento em diante, a IBM e os computadores digitais, e mais tarde alguns computadores de fabricação japonesa, passaram a constituir a

norma na União Soviética. Em vez de desenvolver seus próprios projetos e linhas de produção, os centros de P&D e fábricas de componentes eletrônicos (todos eles sob responsabilidade do Ministério da Defesa) puseram-se a contrabandear computadores do Ocidente e lançar mão da engenharia reversa para reproduzir os modelos, adaptando-os às especificações militares dos soviéticos. A KGB foi incumbida, em caráter altamente prioritário, de adquirir o que houvesse de mais avançado no Ocidente em termos de *know-how* e equipamentos, sobretudo na indústria eletrônica, por quaisquer meios que fossem necessários.⁶⁷ A transferência de tecnologia do Ocidente, de forma aberta ou velada, tanto de projetos como de equipamentos, tornou-se a principal fonte para a revolução da tecnologia da informação na União Soviética. Esse fato necessariamente levou ao atraso tecnológico, pois a defasagem entre o momento em que um novo computador chegava ao mercado mundial (ou caía nas mãos dos agentes da KGB) e a época em que as fábricas soviéticas estavam aptas a produzi-lo tornou-se cada vez maior em relação aos produtos fabricados com tecnologia de ponta, em especial após a aceleração da corrida tecnológica no final dos anos 1970. Uma vez que esse procedimento foi também aplicado aos componentes eletrônicos e programas de software, os atrasos ocorridos em cada um dos segmentos da indústria foram se acumulando, fazendo com que a defasagem tecnológica se multiplicasse. O que havia sido uma situação próxima da paridade no início da década de 1960 em termos de projetos para computadores transformou-se em um atraso de vinte anos no desenvolvimento e na fabricação de produtos da área de informática.⁶⁸

O mesmo aconteceu com os programas de software. As máquinas soviéticas dos anos 1960 operavam com base na linguagem ALGOL, desenvolvida no próprio país, que poderia ter lançado as bases para a integração de sistemas, atualmente o maior desafio da computação. No entanto, na década de 1970, para trabalhar com computadores semelhantes aos americanos, cientistas soviéticos desenvolveram sua própria versão do FORTRAN, que não demorou para se tornar obsoleto em função dos novos lançamentos de programas de software no Ocidente. Por fim, recorreram a cópias ilegais de qualquer tipo de software fabricado nos Estados Unidos, introduzindo o mesmo mecanismo de atraso tecnológico em um campo em que os matemáticos russos poderiam, em primeira mão, ter ampliado os limites do conhecimento científico.

E por quê? Por que, paradoxalmente, os militares soviéticos e a KGB optaram por dependerem da tecnologia dos EUA? Os pesquisadores que entrevistei do Instituto de Sistemas de Informática da Academia de Ciências de Novosibirsk

apresentaram-me um argumento convincente, elaborado a partir de sua própria experiência. O desenvolvimento da ciência da computação em regime de isolamento do resto do mundo era muito incerto em um campo amplamente inexplorado para satisfazer as lideranças militares e políticas, em alerta constante. O que aconteceria com o poderio soviético, que depende da informática, se seus pesquisadores deixassem passar despercebida uma nova e essencial descoberta ou se a trajetória tecnológica à qual se vinculavam se desviasse perigosamente do Ocidente, seguindo uma trajetória ainda não testada e comprovada? Será que não seria tarde demais para alterar a rota se um dia os Estados Unidos percebessem que a URSS não dispunha de um nível adequado de desenvolvimento na área de informática para defender-se com eficácia? Assim, os líderes soviéticos (provavelmente uma decisão da alta cúpula comunicada pela KGB) optaram por uma abordagem conservadora e livre de riscos: vamos adotar as mesmas máquinas que “eles” têm, ainda que leve algum tempo para reproduzir os computadores “deles”. Afinal, para acionar os botões da hecatombe nuclear, alguns anos de atraso tecnológico nos circuitos eletrônicos não fariam grande diferença, desde que o sistema funcionasse. Deste modo, os interesses do alto-comando militar do Estado soviético resultaram no paradoxo de tornar a União Soviética dependente dos Estados Unidos na área absolutamente fundamental da tecnologia da informação.

Por outro lado, em seus primeiros estágios de desenvolvimento, as empresas japonesas fabricantes de componentes eletrônicos também copiaram a tecnologia norte-americana, logrando sucesso em estabelecer uma relação de paridade em diversas áreas essenciais em uma ou duas décadas, ao passo que na União Soviética esse procedimento surtiu efeito contrário. Por quê? A principal razão parece estar no fato de que os japoneses (e mais tarde outros países asiáticos) tinham de concorrer com as firmas das quais adquiriam a tecnologia, de modo que eram obrigados a manter-se atualizados, enquanto o ritmo de desenvolvimento tecnológico nas empresas soviéticas era ditado por procedimentos de aquisição de equipamentos impostos pelos militares e por uma economia de comando que atribuía maior importância à quantidade que à qualidade. A ausência de concorrência interna ou externa aliviava qualquer tipo de pressão sobre as empresas soviéticas para buscar inovações em um ritmo mais acelerado que o considerado necessário na opinião dos planejadores do Ministério da Defesa.⁶⁹ Quando a corrida tecnológica do programa “Guerra nas Estrelas” orientada pelos militares deixou transparecer o tão temido atraso tecnológico da URSS em relação aos EUA, o alerta do alto-comando soviético, declarado mais abertamente pelo

comandante das Forças Armadas, marechal Ogarkov, foi um dos fatores que levaram à *perestroika*, apesar da queda política do próprio Ogarkov.⁷⁰

Não obstante, a União Soviética ainda dispunha de recursos científicos, industriais e tecnológicos fora do setor militar que teriam permitido a melhoria de seu desempenho tecnológico, mesmo com a falta de novas descobertas no setor militar. Porém, uma segunda camada da lógica estatista impedia o desenvolvimento desse processo. O funcionamento da economia de comando, conforme mencionado anteriormente, baseava-se na realização do plano, não na melhoria de produtos e processos. Esforços relacionados à inovação sempre implicam algum risco, tanto no resultado como na capacidade de obtenção dos materiais necessários para atuar em novas áreas de produção. O sistema de produção industrial soviético não previa nenhum tipo de incentivo para a conquista desse objetivo. Sem dúvida, a possibilidade de fracasso estava presente em qualquer iniciativa empreendedora. A inovação tecnológica não era recompensada, mas podia resultar em sanções.⁷¹ Uma lógica simplista e burocrática predominava sobre o processo decisório tecnológico, como em todas as demais áreas da administração econômica. Um caso bastante elucidativo pode ajudar a esclarecer esse argumento.⁷² O espaço entre a maioria dos conectores de chips fabricados nos EUA é de 1/10 de polegada. O Ministério Soviético de Eletrônica, encarregado de fazer cópias dos chips norte-americanos, optou por adotar o sistema métrico em suas especificações, mas 1/10 de polegada equivale a uma medida métrica no mínimo estranha: 0,254mm. Para simplificar as coisas, como normalmente ocorre com a burocracia soviética, decidiu-se pelo arredondamento, criando-se uma “polegada métrica”, ou seja, um espaçamento de 0,25mm. Portanto, os clones soviéticos de chips se parecem com seus equivalentes norte-americanos, mas não encaixam em um soquete fabricado no Ocidente. O erro foi descoberto tarde demais, e o resultado foi que, em pleno 1991, os equipamentos soviéticos para montagem de semicondutores não podiam ser utilizados para a fabricação de chips do mesmo tamanho que os empregados no Ocidente, excluindo assim qualquer possibilidade de exportação da produção soviética para a indústria microeletrônica.

Vale lembrar ainda que a pesquisa científica e a produção industrial eram separadas institucionalmente. A poderosa e bem aparelhada Academia de Ciências era um instituto voltado apenas à pesquisa, com seus próprios programas e critérios, estando dissociada das necessidades e problemas das empresas industriais.⁷³ Impossibilitadas de contarem com contribuições da Academia, as

empresas utilizavam os centros de pesquisa de seus próprios ministérios. Como qualquer tipo de intercâmbio entre esses centros exigiria contatos formais entre ministérios no contexto do planejamento econômico, centros de pesquisa aplicada também não se comunicavam. Tal separação estritamente vertical, imposta pela lógica institucional da economia de comando, acabou bloqueando por completo o processo de “aprendizado na prática”, considerado vital para o estímulo à inovação tecnológica no Ocidente. A falta de interação entre ciência fundamental, pesquisa aplicada e produção industrial levou à extrema rigidez no sistema de produção, à ausência de experimentação objetivando novas descobertas tecnológicas e à aplicação muito restrita de tecnologias específicas para usos limitados, precisamente no momento em que o avanço nas tecnologias da informação se fundamentava na interação constante entre os diferentes campos do conhecimento tecnológico por meio da comunicação via redes de computadores.

Os líderes soviéticos passaram a se preocupar cada vez mais com a falta de interação produtiva entre a ciência e a indústria, pelo menos a partir de 1955, durante uma conferência convocada por Bulganin para discutir a questão. Durante os anos 1960, Kruchev e, depois, Brejnev apostavam na ciência e na tecnologia para superar o capitalismo. No final da mesma década, na esteira de prudentes reformas econômicas, introduziram-se as “associações entre a ciência e a produção”, que estabeleciam relações horizontais entre empresas e centros de pesquisa.⁷⁴ Mais uma vez, os resultados foram paradoxais. De um lado, as associações ganharam maior autonomia e ampliaram a interação entre seus componentes industriais e científicos. De outro, por serem recompensadas com base no aumento do diferencial de produtividade *vis-à-vis* outras associações, desenvolveram uma tendência à autossuficiência, rompendo os laços com outras associações de produção e com o restante do sistema de ciência e tecnologia, uma vez que se reportavam aos respectivos ministérios aos quais eram afiliadas. Ademais, os ministérios não demonstravam grande interesse em cooperar com entidades alheias às suas esferas de influência, e a Academia de Ciências resistia a qualquer tentativa de limitação de sua autonomia burocrática, utilizando habilmente como argumento o pavor causado pela possibilidade de retroceder à excessiva submissão existente nos tempos de Stalin. Embora Gorbachev tentasse repetir a experiência mais tarde, as relações horizontais entre a pesquisa científica e as empresas industriais jamais funcionaram efetivamente na economia planejada, impedindo a aplicação efetiva das descobertas tecnológicas mediante diferentes canais de instruções ministeriais transmitidas de maneira vertical.

Um caso que merece ser comentado, servindo de exemplo para a incapacidade inerente da economia de planejamento central de assimilar processos de rápida inovação tecnológica, é o do experimento da cidade científica de Akademgorodok, próxima a Novosibirsk.⁷⁵ Em 1957, Kruchev, ao retornar dos Estados Unidos, teve a intenção de reproduzir o modelo dos campi universitários norte-americanos, convencido de que, nas condições apropriadas, a ciência soviética poderia ultrapassar seu equivalente no Ocidente. Assessorado por um matemático de renome, Lavrentiev, Kruchev deu início à construção de uma cidade voltada por completo à ciência na taiga siberiana, à beira do Ob (lago artificial da região), adjacente a Novosibirsk, o principal centro industrial e político da Sibéria, porém propositadamente separada dessa cidade. Alguns dos melhores talentos da ciência, de preferência, jovens e dinâmicos, receberam incentivos para se estabelecerem ali, distantes da burocracia acadêmica de Moscou e Leningrado, e um pouco mais independentes de seu controle ideológico direto. Na década de 1960, Akademgorodok floresceu como um grande centro científico nas disciplinas de física, matemática, informática, materiais avançados e economia, entre outras. No seu auge, nos anos 1980, Akademgorodok chegou a abrigar vinte Institutos da Academia de Ciências, bem como uma pequena universidade de elite, a Universidade Estadual de Novosibirsk. Ao todo havia quase 10 mil pesquisadores e professores, 4.500 alunos e milhares de técnicos e auxiliares. Essas instituições científicas trabalhavam na vanguarda de suas disciplinas. Com efeito, em economia e sociologia, Akademgorodok rendeu alguns dos primeiros líderes intelectuais da *perestroika*, inclusive Abel Aganbegyan e Tatyana Zalavskaya. Todavia, a despeito do grau de excelência alcançado pela cidade científica da Sibéria, sua integração com a indústria jamais ocorreu de fato, mesmo considerando sua proximidade com o centro industrial siberiano, onde estavam situadas as maiores indústrias da defesa, inclusive fábricas de componentes eletrônicos e aeronaves. A separação entre os dois sistemas era tal que a Academia de Ciências criou suas próprias oficinas industriais em Akademgorodok para produzir as máquinas necessárias às experiências científicas, ao mesmo tempo que as indústrias eletrônicas de Novosibirsk continuavam a trabalhar com seus centros de pesquisa sediados em Moscou. Segundo pesquisadores entrevistados em 1990-1992, esse cenário era o resultado do desinteresse das indústrias por tecnologia de ponta: seus planos de produção eram elaborados de acordo com as máquinas já instaladas, sendo que qualquer mudança no sistema de produção implicaria o não cumprimento das cotas estabelecidas pelo governo. Portanto, as mudanças tecnológicas somente

podiam ser efetuadas por iniciativa da respectiva unidade do Gosplan, a quem caberia fazer o pedido para a instalação de novas máquinas, ao mesmo tempo estipulando uma nova cota de produção. Os cálculos do Gosplan, no entanto, não se baseariam nas máquinas possivelmente resultantes das pesquisas de vanguarda realizadas pelos institutos acadêmicos. Em vez disso, o Gosplan preferia utilizar a tecnologia disponível no mercado internacional, visto que a tecnologia mais avançada do Ocidente adquirida em segredo pela KGB estava reservada para o setor militar. Desta forma, uma das experiências mais ousadas da era Kruchev, concebida com o propósito de aliar ciência e tecnologia para formar a base de um novo processo de desenvolvimento em uma das regiões mais ricas do mundo em recursos naturais, em última análise, fracassou diante do peso inamovível do estatismo soviético.

Assim, concomitantemente à aceleração do ritmo de inovação tecnológica no Ocidente, durante toda a década de 1970 e início dos anos 1980, a União Soviética passava a depender cada vez mais de importações de máquinas e transferência de tecnologia para seus principais setores industriais, financiadas pela abundância de recursos resultante das exportações de gás e petróleo siberianos. Havia um volume considerável de desperdício. Marshall Goldman entrevistou vários executivos ocidentais que trabalhavam com exportações de tecnologia para a URSS no início da década de 1980.⁷⁶ De acordo com esses executivos, os equipamentos importados eram subaproveitados (o grau de eficiência de uso correspondia a cerca de dois terços do obtido pelos países do Ocidente); o Ministério do Comércio Exterior tentava reter seus parques recursos em moeda forte, enquanto as maiores empresas tinham interesse em estocar pilhas de equipamentos de última geração e grandes quantidades de peças de reposição sempre que obtinham autorização para importar; a desconfiança entre os ministérios inviabilizava a harmonização das políticas de importação, resultando em incompatibilidade entre os equipamentos; e longos períodos de amortização para cada tipo de equipamento importado em uma determinada fábrica redundavam em obsolescência tecnológica, bem como na dolorosa coexistência de máquinas e procedimentos de diversas gerações tecnológicas. Além disso, logo tornou-se evidente que era impossível modernizar a tecnologia de um segmento da economia sem reformular todo o sistema. Justamente porque a economia planejada criou uma relação de estreita dependência entre suas unidades, era inviável recuperar o atraso tecnológico em algumas áreas críticas (por exemplo, eletrônica) sem que se permitisse que cada elemento do sistema interagisse com os demais. Fechando o círculo, a lógica do

uso de poucos recursos tecnológicos do exterior para um segmento restrito e indispensável do sistema reforçou a primazia concedida ao setor militar-industrial, além de instituir de vez uma cisão profunda entre dois sistemas tecnológicos cada vez mais incompatíveis, a indústria bélica e a economia de sobrevivência.

Por fim, a repressão ideológica e a política de controle de informações constituíam obstáculos decisivos para o avanço e a disseminação de novas tecnologias voltadas precisamente para o processamento de informações.⁷⁷ É verdade que nos anos 1960 os excessos do stalinismo foram deixados para trás, sendo substituídos pelas grandiosas perspectivas de “revolução científica e tecnológica” como a base material do socialismo. Lysenko foi afastado logo após a queda de Kruchev, não sem antes ter exercido o terror intelectual durante vinte anos; a “cibernética” deixou de ser considerada uma ciência burguesa; modelos matemáticos foram adotados na economia; a análise de sistemas passou a ser objeto de comentários favoráveis nos círculos marxistas-leninistas; e, o mais importante, a Academia de Ciências recebeu um volume significativo de recursos materiais e considerável autonomia burocrática para cuidar de seus próprios assuntos, inclusive o exercício de seus próprios controles. Porém, a ciência e tecnologia soviéticas continuaram padecendo dos males da burocracia, do controle ideológico e da repressão política.⁷⁸ O acesso à comunidade científica internacional permaneceu bastante restrito, limitando-se a um seleto grupo de cientistas vigiados de perto, o que prejudicou o intercâmbio de ideias e experiências no campo científico. As informações das pesquisas eram filtradas, e a divulgação das descobertas, controladas e restritas. Muitas vezes os burocratas da ciência impunham suas opiniões sobre todos aqueles que tentassem contestar e inovar, encontrando apoio na hierarquia política. A presença da KGB nos principais centros de pesquisa científica manteve-se uma constante até o final do regime soviético. A reprodução de informações e a comunicação irrestrita entre os pesquisadores soviéticos e entre eles e o mundo exterior continuaram sendo tarefas difíceis por um longo tempo, constituindo enorme obstáculo à engenhosidade científica e difusão tecnológica. Seguindo o genial instinto de Lenin de exercer controle sobre o fornecimento de papel como recurso básico para controle de informações nos desdobramentos da revolução, as máquinas para impressão, reprodução, processamento de informações e comunicação permaneceram sujeitas a controles rigorosos. Máquinas de escrever eram raridades, de uso cuidadosamente monitorado. O acesso a cópias reprográficas sempre exigiu autorização prévia dos funcionários do governo encarregados da segurança: duas assinaturas autorizadas

para a reprodução de um texto russo, e três assinaturas autorizadas para um texto não russo. O uso de linhas telefônicas para ligações interurbanas e por telex também era controlado por meio de procedimentos especiais desenvolvidos em cada organização. E a simples noção de um “computador *pessoal*” já era, por si só, subversiva à burocracia soviética. A difusão da tecnologia da informação, tanto de máquinas como de *know-how*, dificilmente poderia ocorrer em uma sociedade em que o controle das informações era fundamental para manter a legitimidade do Estado, bem como para controle da população. Quanto mais as tecnologias de comunicação tornavam o mundo exterior acessível ao imaginário dos cidadãos soviéticos, tanto mais, objetivamente falando, se complicavam as formas de acesso a essas tecnologias a uma população que, de modo geral, passara de um período de terror submisso a uma rotina de passividade marcada pela falta de informação e de visões alternativas do mundo. Portanto, em essência, o estatismo soviético negou a si mesmo a difusão de tecnologias da informação no sistema social. Sem essa difusão, as tecnologias da informação não tiveram condições de se desenvolver além das atribuições específicas e funcionais designadas pelo Estado, impossibilitando o processo de inovação espontânea pelo uso e interação em rede que caracterizam o paradigma da tecnologia da informação.

Assim, no âmago da crise tecnológica da União Soviética reside a lógica fundamental do sistema estatista: prioridade exagerada ao poderio militar; controle político-ideológico de informações pelo Estado; os princípios burocráticos da economia de planejamento central; isolamento do resto do mundo; e incapacidade de modernização tecnológica de certos segmentos da economia e da sociedade sem modificar todo o sistema em que tais elementos interagem entre si.

As consequências desse atraso tecnológico logo no momento em que os países capitalistas avançados se engajavam em um processo de transformação tecnológica fundamental foram repletas de significado para a União Soviética e, em última análise, tornaram-se um dos principais fatores que contribuíram para sua queda. A economia não conseguiu alterar o modelo de desenvolvimento extensivo para um sistema intensivo, o que acelerou seu declínio. A crescente defasagem tecnológica impediu o ingresso da União Soviética na concorrência econômica mundial, fechando as portas aos benefícios do comércio internacional que seriam obtidos caso o país não se ativesse somente ao papel de fornecedor de energia e matérias-primas. A população com nível educacional superior viu-se cercada por um sistema tecnológico cada vez mais distante do utilizado por sociedades industriais semelhantes. A aplicação de computadores a um sistema burocrático e a uma

economia de comando aumentou a rigidez dos controles,⁷⁹ confirmando a hipótese segundo a qual a racionalização tecnológica da irracionalidade social aumenta a desordem. Finalmente, o próprio aparato militar acabou padecendo de uma crescente defasagem tecnológica *vis-à-vis* a indústria bélica de seus concorrentes,⁸⁰ agravando ainda mais a crise do Estado soviético.

A ABDUÇÃO DA IDENTIDADE E A CRISE DO FEDERALISMO SOVIÉTICO

Muitos de nossos problemas nacionais são causados pela natureza contraditória dos dois princípios estabelecidos como os alicerces da Federação Russa: o princípio territorial-nacional e o princípio territorial-administrativo.

BORIS YELTSIN, *ROSSIYSKAYA GAZETA*, 25 DE FEVEREIRO DE 1994

Desde sua introdução, as reformas promovidas por Gorbachev tiveram por objetivo explícito a reestruturação econômica e a modernização tecnológica. Contudo, essas não eram as únicas deficiências do sistema soviético. As bases do Estado federal soviético multinacional e de múltiplas etnias e camadas foram lançadas sobre a areia movediça de uma história reconstruída e parcamente sustentadas por uma repressão impiedosa.⁸¹ Após deportações em massa de grupos étnicos inteiros para a Sibéria e a Ásia Central sob o regime de Stalin,⁸² foi imposta uma proibição implacável à expressão autônoma do nacionalismo entre as mais de 100 nacionalidades e grupos étnicos existentes na União Soviética.⁸³ Embora houvesse manifestações nacionalistas isoladas (por exemplo, Armênia, abril de 1965; Geórgia, abril de 1978), por vezes esmagadas pela força (por exemplo, Tbilisi, março de 1956), a maioria das expressões nacionalistas foi subjugada por um longo período, sendo reassumidas por intelectuais dissidentes apenas em raros momentos de relativa tolerância sob Kruchev ou no final dos anos 1970.⁸⁴ Não obstante, foi a pressão exercida pelo nacionalismo, utilizada de acordo com os interesses pessoais das elites políticas das repúblicas, que acabou levando a experiência reformista soviética ao fracasso, resultando na desintegração da União Soviética. O nacionalismo, inclusive o russo, forneceu a base ideológica para mobilização social em uma sociedade em que ideologias estritamente políticas, não

desenvolvidas a partir de uma identidade histórico-cultural, sofreram os golpes do ceticismo e da descrença alimentados por sete décadas de doutrinação nos temas da utopia comunista.⁸⁵ Embora a incapacidade de o estatismo soviético adaptar-se às condições econômicas e tecnológicas de uma sociedade da informação tenha sido o principal motivo subjacente à crise do sistema soviético, foi o ressurgimento da identidade nacional, seja historicamente enraizado, seja reinventada politicamente, o primeiro elemento a contestar o Estado soviético e a principal causa de sua destruição. Se as dificuldades econômicas e tecnológicas induziram as reformas de Andropov e Gorbachev nos anos 1980, a questão explosiva do nacionalismo rebelde e as relações federalistas na União Soviética foram os principais fatores políticos responsáveis pela perda do controle do processo reformista por parte da liderança soviética.

As razões desse ressurgimento irreprimível do nacionalismo na União Soviética nos anos da *perestroika* devem ser buscadas na história do comunismo soviético. Na realidade, trata-se de uma história complexa que vai além da imagem simplista de pura repressão das culturas nacionais/étnicas do Estado soviético. Com efeito, um dos maiores historiadores sobre nacionalidades não russas na União Soviética, o professor de história armênia Ronald Grigor Suny, argumenta que:

Dispersa na poderosa retórica nacionalista está toda e qualquer noção do grau em que os longos e difíceis anos de governo do Partido Comunista de fato conseguiram dar prosseguimento ao processo de “formação de nações” que antecedeu o período revolucionário. À medida que a atual geração assiste à autodestruição da União Soviética, desaparece a ironia do fato de que a URSS caiu vítima não só de seus efeitos negativos sobre os povos não russos como também de sua própria contribuição “progressiva” ao processo de formação de nações... A política profundamente contraditória do Estado soviético alimentou a singularidade cultural de povos distintos. Portanto, ela contribuiu para uma maior solidariedade étnica e conscientização nacional nas repúblicas não russas, a despeito de ter frustrado uma articulação completa de uma agenda nacional ao exigir obediência a uma ordem política imposta.⁸⁶

Tentemos reconstruir a lógica desse enorme paradoxo político.⁸⁷

A União Soviética foi fundada em dezembro de 1922 e sua natureza de Estado federal e multinacional foi estabelecida na Constituição de 1924.⁸⁸ Originalmente esse Estado incluía: a Federação Russa das Repúblicas Socialistas Soviéticas (FRRSS),

constituída, além da própria Rússia, de diversas repúblicas autônomas não russas; a República Socialista Soviética da Ucrânia; a República Socialista Soviética da Bielorrússia; e a Federação Transcaucasiana das Repúblicas Socialistas, uma entidade artificial, potencialmente explosiva, que reunia sob sua bandeira povos inimigos há séculos, tais como os georgianos, os azeris, os armênios e uma série de grupos étnicos de menor porte, entre os quais inguchétios, ossetianos, abkhazes e mesquetianos. A participação na União na qualidade de país membro estava aberta a todas as Repúblicas soviéticas e socialistas do mundo, incluindo as existentes e as futuras. Em setembro de 1924, duas outras repúblicas foram incorporadas: Usbequistão (formado a partir da integração territorial forçada da população local ao Turquestão, Bucara e Coresma) e Turcmênia. Em 1936, três novas Repúblicas da União foram criadas com os nomes de Tadjiquistão, Quirguistão e Casaquistão. Também em 1936, a Federação Transcaucasiana foi dividida em três repúblicas, a saber, Geórgia, Armênia e Azerbaidjão, deixando em cada uma dessas repúblicas enclaves étnicos significativos que acabaram funcionando como bombas-relógio nacionalistas. Em 1940, a absorção forçada da Estônia, Letônia, Lituânia e Moldávia (tomada da Romênia) na URSS completou a estrutura republicana da União Soviética. Sua expansão territorial também incluiu a anexação de Carélia e Tuva como repúblicas autônomas na FRRSS, bem como a incorporação de novos territórios a oeste da Ucrânia e oeste da Bielorrússia, tomados da Polônia no período de 1939 a 1944, e Caliningrado, que antes pertencia à Alemanha, em 1945.⁸⁹

A formação do Estado federalista da União Soviética foi resultado de um acordo obtido a partir de amplos debates políticos e ideológicos realizados durante o período revolucionário.⁹⁰ Originariamente, a postura bolchevique negava a importância da nacionalidade como critério significativo para a formação do novo Estado, pois o internacionalismo proletário com base nas classes pretendia superar as diferenças nacionais entre as massas trabalhadoras e exploradas, manipuladas em confrontos entre etnias pelo imperialismo burguês, conforme demonstrado por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Contudo, em janeiro de 1918, a necessidade premente de estabelecer alianças militares na guerra civil subsequente ao golpe bolchevique de outubro convenceu Lenin da importância do apoio das forças nacionalistas externas à Rússia, sobretudo na Ucrânia. Em janeiro de 1918, o Terceiro Congresso de Sovietes Russos adotou a “Declaração dos Direitos dos Povos Trabalhadores e Explorados”, destacando a conversão do antigo Império Russo para a “união fraternal da Repúblicas Soviéticas da Rússia, que se reuniria

livremente sob o regime federalista”.⁹¹ A essa “federalização interna” da Rússia, os bolcheviques acrescentaram o projeto de “federalização externa” de outras nações em abril de 1918, convocando, de forma explícita, a integrarem a União os povos da Polônia, Ucrânia, Crimeia, Transcaucásia, Turquestão, Quirguistão “e outros”. Porém, o debate mais importante girava em torno do princípio sob o qual a identidade étnica e nacional seria reconhecida no novo Estado soviético. Lenin e Stalin demonstraram-se contrários às opiniões dos socialistas que desejavam ver as culturas nacionais reconhecidas em todos os níveis da estrutura do Estado, tornando as instituições da União Soviética uma verdadeira multicultural. *Eles opuseram a essa visão o princípio da territorialidade como fundamento para a nacionalidade.*⁹² Além disso, os direitos étnicos/nacionais seriam institucionalizados na forma de Repúblicas, Repúblicas Autônomas e Regiões Autônomas. Em consequência, houve a encapsulação completa da questão nacional na estrutura de múltiplas camadas do Estado soviético: as identidades eram reconhecidas contanto que tivessem condições de se enquadrar nas instituições governamentais. Essa era considerada a expressão do princípio do centralismo democrático por conciliar o projeto do Estado soviético unitário com o reconhecimento da diversidade de seus sujeitos territoriais.⁹³ Assim, a União Soviética foi construída com base no princípio da dupla identidade: as identidades étnicas/nacionais (inclusive a Rússia) e a identidade soviética como o alicerce da cultura de uma nova sociedade.

Além da ideologia, o princípio territorial do federalismo soviético foi implantado mediante a aplicação de uma ousada estratégia geopolítica com o objetivo de disseminar o comunismo no mundo todo. A.M. Salmin propôs um modelo interessante de interpretação da estratégia leninista-stalinista subjacente ao federalismo soviético.⁹⁴ Nessa perspectiva, a União Soviética era um sistema institucional centralizado, porém flexível, com uma estrutura que deveria permanecer aberta e adaptável ao ingresso de novos membros que se integrariam ao sistema ao mesmo tempo que a causa do socialismo tivesse um avanço inexorável por todo o mundo. É por essa razão que a Constituição Soviética de 1924 assegurava às Repúblicas o direito não só de ingressar na União, mas também de separar-se dela, tornando tais decisões soberanas e reversíveis. A história demonstrou a dificuldade da aplicação desse direito de secessão na prática do Estado soviético. No entanto, foi esse princípio, herdado dos primeiros debates revolucionários e reproduzido nas Constituições de 1936 e 1977, que proveu o fundamento jurídico e institucional para os movimentos separatistas durante a era

Gorbachev, conseqüentemente tomando a ideologia revolucionária ao pé da letra, revertendo e, em última análise, desmantelando, a singular configuração do federalismo soviético.⁹⁵

No modelo geopolítico proposto por Salmin, que parece se encaixar nas informações históricas sobre as origens do Estado soviético,⁹⁶ cinco círculos concêntricos foram traçados como áreas de segurança e também ondas de expansão do Estado soviético, na qualidade de principal baluarte do comunismo mundial. O primeiro deles foi a Rússia e suas repúblicas-satélite autônomas, organizadas sob a égide da FRRSS. Este círculo foi considerado o centro do poderio soviético, a ponto de, paradoxalmente, a Federação Russa ter sido a única república da URSS a não dispor de organizações específicas do Partido Comunista, a única sem um presidente do Soviete Supremo da República, e uma federação cujas instituições republicanas eram as menos desenvolvidas do Estado. Em outras palavras, a FRRSS era reserva de domínio do PC soviético. Vale ressaltar que a FRRSS não fazia fronteira com o mundo capitalista potencialmente hostil. Em torno desse poder central, um segundo círculo protetor era constituído pelas repúblicas pertencentes à União, formalmente com os mesmos direitos garantidos à FRRSS. Como diversas repúblicas autônomas da FRRSS (por exemplo, a Chechênia) eram tão não russas quanto algumas da União, parece que o verdadeiro critério para sua classificação como pertencente à União ou autônoma era justamente o fato de as repúblicas da União terem fronteiras em contato direto com o mundo exterior, agindo portanto como uma área territorial neutra para fins de segurança. O terceiro círculo era formado pelas “democracias populares”, fora dos limites da União Soviética, mas sob seu controle direto, tanto militar como territorial. A princípio, era este o caso da Coreia e Bucara (posteriormente diluídas entre o Usbequistão e a Turcmênia), Mongólia e Tannu-Tura. Na década de 1940, as democracias populares da Europa Oriental também cumpriram esse papel. O quarto círculo era representado pelos Estados vassalos pró-soviéticos (categoria formada por países como Cuba, Vietnã e Coreia do Norte); a China jamais foi considerada parte dessa categoria apesar da vitória do comunismo: ao contrário, não demorou muito para que fosse encarada como ameaça geopolítica. Finalmente, um quinto círculo foi formado pelo movimento internacional comunista e seus aliados em todo o mundo, como embriões da expansão do Estado soviético por todo o planeta no momento em que as circunstâncias históricas precipitariam a inexorável derrocada do capitalismo.⁹⁷

Essa tensão constante entre o universalismo da utopia comunista a-histórico, baseado em classes, e o interesse geopolítico em apoiar as identidades étnicas/nacionais como potenciais aliados territoriais constituiu o fator determinante da esquizofrenia da política soviética no tocante à questão nacional.

Por um lado, as culturas e os idiomas nacionais foram estimulados, e em alguns casos reconstruídos, nas repúblicas pertencentes à União, nas autônomas e nos territórios fundamentados na etnia (*krai*). As políticas *korenizatsiya* (baseadas no nativismo) receberam o apoio de Stalin até a década de 1930, incentivando o uso de línguas e costumes nativos, implementando programas de “ação afirmativa”, isto é, políticas de recrutamento e de promoções favoráveis às minorias nos aparatos do Estado e do partido nas repúblicas, e fomentando o desenvolvimento de elites políticas e culturais endógenas nas instituições republicanas.⁹⁸ Embora essas políticas tenham sofrido os reveses da repressão antinacionalista durante os anos da coletivização, foram reavivadas sob os governos Kruchev e Brejnev, resultando na consolidação de poderosas elites étnicas/nacionais nas repúblicas. Kruchev, ele próprio um ucraniano, foi tão longe na visão de federalismo soviético claramente inclinada a favorecer os não russos a ponto de decidir, de súbito, em 1954, a transferência da Crimeia, historicamente um território russo, para a Ucrânia, o que teria ocorrido, segundo consta dos arquivos, após uma noite de bebedeira à véspera do dia nacional da Ucrânia. Além disso, nas repúblicas da Ásia Central e da região do Cáucaso, durante o governo Brejnev, as tradicionais redes étnicas de patronagem aliaram-se às filiações partidárias visando estabelecer um sistema muito bem estruturado que reunia a *nomenklatura*, o clientelismo e a economia paralela em uma rede hierárquica de lealdade pessoal que se estendia até o Comitê Central de Moscou, um sistema que Helene Carrere d’Encausse denominou “Mafiocracia”.⁹⁹ Assim, quando em dezembro de 1986 Gorbachev tentou fazer uma limpeza na corrupção vigente no aparato do partido no Casaquistão, o afastamento de um antigo *protégé* de Brejnev (o próprio Brejnev iniciou sua carreira como chefe do partido no Casaquistão), o casaque Dinmukhammed Kunaev, e sua substituição por um russo como secretário do partido, causou levantes em massa em Alma Ata em defesa dos direitos étnicos dos casaques.¹⁰⁰

O maior paradoxo dessa política de nacionalidades foi que a cultura e as tradições nacionais russas foram oprimidas pelo Estado soviético.¹⁰¹ As tradições, o folclore e os símbolos religiosos russos foram perseguidos ou ignorados, conforme as necessidades da política comunista ao longo da história. A redistribuição de

recursos econômicos foi realizada no sentido inverso do anteriormente ditado por um “imperialismo russo”: a Rússia era a grande perdedora nas trocas entre as repúblicas,¹⁰² situação esta que se repetiria na era pós-comunista (vide tabela 1.5). Remetendo-nos à teoria geopolítica do Estado soviético segundo Salmin, o sistema atuava como se a preservação do poderio comunista na Rússia dependesse da capacidade de o partido atrair outras nações para o sistema, não só subjugando-as por meio de repressão, mas também cooptando sua obediência ao fornecer mais recursos e direitos do que aqueles cedidos aos cidadãos russos. Naturalmente que isso não exclui a discriminação étnica nas principais instituições do Estado, por exemplo, no exército e na KGB, cujos comandantes eram, em sua esmagadora maioria, russos; ou na política de russificação existente na língua, na mídia, na cultura e na ciência.¹⁰³ Entretanto, de maneira geral, o nacionalismo russo era reprimido (exceto durante a guerra quando o ataque das tropas nazistas forçou Stalin a ressuscitar Alexander Nevsky) tanto quanto a identidade cultural das nações não russas sujeitas ao controle do Estado. Como resultado, quando o relaxamento dos controles proporcionado pela *glasnost* de Gorbachev permitiu o ressurgimento do nacionalismo, o nacionalismo russo não foi apenas uma das iniciativas com maior respaldo popular, mas também, efetivamente, um fator decisivo para o desmantelamento da União Soviética, visto que se aliou aos movimentos nacionalistas democráticos atuantes nas repúblicas bálticas. Por outro lado, apesar de sua especificidade étnica/nacional bastante marcada, as repúblicas muçulmanas da Ásia Central foram o último bastião do comunismo soviético, abraçando a causa da independência somente nos estertores do processo. Isso ocorreu porque as elites políticas dessas repúblicas estavam sob o patrocínio direto de Moscou, e seus recursos dependiam, em grande medida, do processo de redistribuição motivado pelas diretrizes políticas do Estado soviético.¹⁰⁴

Tabela 1.5
Saldo do intercâmbio de produtos e recursos entre as repúblicas, 1987.

<i>República</i>	<i>Saldo de produção (bilhão de rublos)</i>	
	<i>Direto</i>	<i>Total</i>
Rússia	3,65	-4,53
Ucrânia e Moldávia	2,19	10,30
Bielorrússia	3,14	7,89
Casaquistão	-5,43	-15,01
Ásia Central	-5,8	-13,41
Transcaucasiana	3,2	7,78
Repúblicas bálticas	-0,96	-0,39
Total	0	-7,37

Tabela 1.5 (continuação).

<i>República</i>	<i>Saldo total</i>	
	<i>Imobilizados (bilhão de rublos)</i>	<i>Recursos de mão de obra (milhão de pessoas — anos)</i>
Rússia	15,7	-0,78
Ucrânia e Moldávia	8,61	0,87
Bielorrússia	1,33	0,42
Casaquistão	-17,5	-0,87
Ásia Central	20,04	-0,89
Transcaucasiana	2,48	0,57
Repúblicas bálticas	-3,22	-0,05
Total	-12,63	-0,74

Fonte: Granberg (1993a).

As expressões nacionalistas autônomas, por sua vez, foram duramente reprimidas, sobretudo durante os anos 1930, quando Stalin decidiu esmagar toda e qualquer oposição a seu programa de industrialização acelerada e desenvolvimento do poderio militar, a serem implantados a qualquer custo. O principal líder nacionalista comunista ucraniano, Mykola Skypnyk, cometeu suicídio em 1933, ao perceber que os sonhos de emancipação nacional dentro da União Soviética haviam sido mais uma ilusão na extensa lista de promessas não cumpridas da revolução bolchevique.¹⁰⁵ As repúblicas bálticas e a Moldávia foram cinicamente anexadas em 1940 com base no pacto de não agressão assinado em 1939 entre Ribbentrop e Molotov, e as expressões nacionais nessas áreas foram reprimidas com severidade até a década de 1980.¹⁰⁶ Além disso, os grupos étnicos e nacionais de lealdade considerada duvidosa foram submetidos à deportação em massa dos

territórios onde haviam originalmente se estabelecido, tendo suas repúblicas autônomas dissolvidas: foi este o caso dos tártaros da Crimeia, alemães do Volga, mesquetianos, chechenos, inguchétios, balkars, karachais e kalmiks.¹⁰⁷ Como se não bastasse, milhões de ucranianos, estonianos, letões e lituanos suspeitos de haverem colaborado com o inimigo durante a Segunda Guerra Mundial tiveram destino semelhante. O antissemitismo foi uma constante no Estado soviético, fazendo-se presente em todos os mecanismos de promoção política e profissional.¹⁰⁸ Ademais, a política de industrialização e colonização das regiões orientais levou à emigração (induzida pelo Estado soviético) de milhões de russos para outras repúblicas, de modo que se tornaram uma minoria bastante considerável, ou até mesmo o maior grupo étnico (como no Casaquistão) embora continuassem sendo representados pelas elites autóctones de cada república (vide tabela 1.6). Quando da derrocada da União Soviética, cerca de sessenta milhões de cidadãos viviam fora de sua terra natal.¹⁰⁹ Tal estrutura federativa amplamente artificial era mais um sistema de cooptação de elites locais/regionais do que um reconhecimento de direitos nacionais. O poder de fato sempre esteve nas mãos do PC soviético, que obedecia a uma organização hierárquica distribuída por todo o território soviético, transmitindo ordens diretamente de Moscou para a organização do partido em cada república, república autônoma ou *oblast*.¹¹⁰ Além disso, com a mistura de diferentes populações nacionais em tão grande escala, e durante tanto tempo, surgiu uma nova identidade soviética, constituída não só de ideologia, mas de laços de família, amizade e relações de trabalho.

Tabela 1.6
Composição étnica das repúblicas autônomas da Rússia, 1989.

República	Área (milhares de km ²)	Parcela da população	
		Grupo titular	Russos
Bachkíria	144	21,9	39,3
Buriática	351	24	70
Checheno-Inguchétia	19	70,7	23,1
Tchuvácquia	18	67,8	26,7
Daguestão	50	27,5 (Avares)	9,2
Kabardino-Balkária	13	57,6	31,9
Kalmíquia	76	45,4	37,7
Carélia	172	10	73,6
dos Komis	416	23,3	57,7
dos Maris	23	43,3	47,5
Moldávia	26	32,5	60,8
Ossétia do Norte	8	53	29,9
Tartária	68	48,5	43,3
Tuva	171	64,3	32
Udmúrtia	42	30,9	58,9
Iakútia	3.103	33,4	50,3

Fonte: Shaw (1993: 532).

Assim, o Estado soviético reconheceu identidades nacionais, com a bizarra exceção da identidade russa, porém, ao mesmo tempo, definiu a identidade em instituições organizadas com base na territorialidade, enquanto as populações nacionais se misturaram em toda a União Soviética. Concomitantemente a esse processo, o Estado praticou a discriminação étnica e proibiu expressões nacionalistas autônomas alheias à esfera do poder comunista. Essa política contraditória criou uma estrutura institucional muito instável que só perdurou enquanto a repressão sistêmica pôde ser imposta com o auxílio das elites políticas nacionais comunistas que detinham interesses no Estado federal soviético. Ao tentar restringir a identidade ao funil da autodefinição étnica/nacional como a única expressão alternativa admissível aos olhos da ideologia socialista dominante, contudo, a dinâmica do Estado soviético criou as condições necessárias à contestação de seu domínio. A mobilização política de repúblicas estabelecidas em bases nacionais, inclusive a Rússia, contra a superestrutura do Estado federal “a-nacional”, foi a força motriz do colapso da União Soviética.

A criação de um novo povo soviético (*sovetskii narod*) como entidade com cultura distinta e cada uma das nacionalidades historicamente construídas era

ainda muito frágil para resistir ao ataque das sociedades civis contra o Estado soviético. Paradoxalmente, tal fragilidade deveu-se, em grande medida, à relevância dada pelos comunistas aos direitos das culturas e instituições nacionais, conforme definido na organização do Estado soviético. E essa ênfase nos direitos culturais e nacionais foi motivada de forma direta pelos interesses geopolíticos do PC soviético, como vanguarda de um movimento comunista que tinha por objetivo o poder mundial. Por se permitir ao povo uma autodefinição com base em sua identidade étnica/nacional primária, o vazio ideológico gerado pelo fracasso do marxismo-leninismo reduziu os termos do debate cultural à oposição entre o ceticismo subjugado e a redescoberta do nacionalismo. Embora a “falha tectônica” nacionalista tenha provocado apenas pequenos tremores sob a mão de ferro da incontestável autoridade comunista, tão logo foi liberada a pressão do expediente político do processo de reestruturação, suas ondas de choque destruíram as fundações do Estado soviético.

A ÚLTIMA PERESTROIKA¹¹¹

Em abril de 1983, cerca de seis meses depois da morte de Brejnev, um seminário fechado, organizado em Novosibirsk pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Economia e Engenharia Industrial da Academia Soviética de Ciências, reuniu 120 participantes de 17 cidades para discutir um ousado relatório que denunciava “o atraso substancial das relações de produção na sociedade soviética em relação ao desenvolvimento de suas forças produtivas”.¹¹² O “Relatório de Novosibirsk”, em princípio destinado apenas a uso confidencial, misteriosamente foi parar nas mãos do jornal *The Washington Post*, que o publicou em agosto de 1983. O impacto desse relatório no *exterior* fez que Gorbachev, que ainda não exercia plenos poderes na época, o lesse e discutisse informalmente com os membros da alta cúpula do partido. O relatório havia sido elaborado sob a supervisão da socióloga Tatyana Zaslavskaya no Instituto de Novosibirsk. O diretor do Instituto na ocasião era um dos principais economistas soviéticos, Abel Aganbegyan. Desde então, bastaram apenas dois anos para que Aganbegyan se tornasse o principal assessor econômico do recém-nomeado secretário-geral Mikhail Gorbachev. Tatyana Zaslavskaya, como diretora do primeiro instituto sério de pesquisa de opinião pública de Moscou, era consultada com frequência por Gorbachev, até o momento

em que os dados coletados pelo instituto começaram a demonstrar a queda da popularidade de Gorbachev em 1988.

Normalmente se considera que a tese apresentada no documento de Novosibirsk tenha servido de inspiração direta a Gorbachev em seu relatório ao 27º Congresso do PC Soviético, realizado em 23 de fevereiro de 1986. Nesse relatório, o secretário-geral do partido chamou a atenção para a predominância de “métodos administrativos” no gerenciamento de uma economia complexa, dando abertura para o que parece ter sido a mais ambiciosa *perestroika* da história da Rússia.

A *perestroika* de Gorbachev nasceu dos esforços de Andropov no sentido de tirar o navio do Partido Comunista da “calmaria” dos últimos anos do governo Brejnev.¹¹³ No cargo de chefe da KGB desde 1967, Andropov dispunha de informações suficientes para saber que a economia paralela havia se difundido por todo o sistema, a ponto de desorganizar a economia de planejamento central, levando a corrupção aos mais altos escalões do Estado, mais exatamente até à família de Brejnev. A disciplina do trabalho fora corroída, o doutrinamento ideológico era recebido com o mais completo ceticismo, a dissidência política vinha aumentando, e a guerra no Afeganistão revelava o atraso tecnológico das forças armadas soviéticas em termos de armamentos convencionais com base em recursos eletrônicos. Andropov logrou sucesso em obter apoio da geração mais jovem de líderes soviéticos que haviam crescido em uma sociedade pós-stalinista e estavam dispostos a modernizar o país, promover o processo de abertura para o mundo e colocar um ponto final à mentalidade de estado de sítio que ainda prevalecia entre os membros da velha guarda do Politburo.

Portanto, as contradições sistêmicas, delineadas nas seções anteriores deste estudo, foram aumentando até que atingissem um ponto crítico de potencial colapso. Mas os prudentes líderes soviéticos não se demonstravam dispostos a assumir riscos. A exemplo do que se costuma verificar na história, questões estruturais não afetam processos históricos somente até o momento em que se alinham aos interesses pessoais dos agentes sociais e políticos. De fato, esses novos agentes conseguiram organizar-se em torno de Andropov apenas porque o sucessor designado por Brejnev, Andrei Kirilenko, estava impedido de exercer o cargo devido à arteriosclerose. Apesar do breve mandato (15 meses entre a eleição como secretário-geral do partido e sua morte) e do comprometimento de sua saúde durante esse período, Andropov desempenhou papel fundamental na preparação do terreno para as reformas de Gorbachev ao nomeá-lo como segundo homem do governo e fazer um expurgo no partido, criando um grupo de

reformistas que mais tarde apoiariam Gorbachev.¹¹⁴ Tais reformistas estavam longe de assumir posturas liberais. Os principais membros do grupo eram Yegor Ligachev, o ideólogo que acabou liderando a resistência oferecida a Gorbachev durante a *perestroika*, e Nikolai Ryzhkov, que mais tarde, como primeiro-ministro de Gorbachev, defenderia a economia de comando contra as propostas liberais de Shatalin, Yavlinsky e outros economistas favoráveis à economia de mercado. Os planos de reforma propostos a princípio por Andropov atinham-se a restaurar a ordem, a honestidade e a disciplina, tanto no partido como no local de trabalho, por meio de um governo forte e íntegro. Quando, por fim, Gorbachev foi eleito em março de 1985, após o último esforço da velha guarda com a indicação de Chernenko, que logo veio a falecer, sua primeira versão da *perestroika* manteve-se próxima dos temas abordados por Andropov. Os dois principais objetivos de suas políticas eram: modernização tecnológica, a começar pela indústria de máquinas e ferramentas, e a restauração da disciplina no trabalho, cobrando responsabilidade dos trabalhadores e lançando uma campanha bastante incisiva de combate ao consumo de bebidas alcoólicas.

Logo ficou evidente que a correção das deficiências do sistema soviético, conforme descritas no Relatório de Novosibirsk, exigia uma reforma completa das instituições, como também do modo de conduzir a política interna e externa.¹¹⁵ Cabe a Gorbachev o mérito histórico de haver detectado essa necessidade em toda sua extensão e ter a ousadia de aceitar o desafio, estando convicto de que a solidez do Partido Comunista, em cujos princípios fundamentais jamais deixou de acreditar, poderia resistir à dor da reestruturação para que surgisse uma União Soviética nova e saudável. No 27º Congresso do Partido em 1986, ele articulou o conjunto de medidas que passariam para a história como a *perestroika* de Gorbachev.¹¹⁶

A última *perestroika* comunista, a exemplo das que a precederam na história da Rússia e da União Soviética, consistia em um processo hierarquizado, sem nenhuma participação da sociedade civil em sua idealização e primeiros estágios de implantação. Não se tratava de uma resposta às pressões das camadas inferiores da sociedade ou exteriores ao sistema. Tinha o propósito de reparar as falhas internas a partir do próprio sistema, mantendo intocados seus princípios fundamentais: o monopólio do poder exercido pelo Partido Comunista, a economia de planejamento central e o status de superpotência de um Estado soviético unitário.

No sentido mais estrito do termo, a *perestroika* de Gorbachev incorporou uma série de políticas cuja adoção foi decidida pessoalmente por Gorbachev, voltadas à

reestruturação do comunismo soviético, entre fevereiro de 1986 (27º Congresso) e setembro-novembro de 1990, quando Gorbachev rejeitou o “plano de 500 dias” de transição à economia de mercado e cedeu às pressões do Comitê Central do Partido nomeando um governo conservador cujas únicas medidas foram emperrar o processo de reforma e engendrar o golpe de agosto de 1991 contra o próprio Gorbachev.

A *perestroika* era composta, basicamente, de quatro dimensões distintas, mas que guardavam relação entre si: (a) desarmamento, desocupação da Europa Oriental pelo Império Soviético e fim da Guerra Fria; (b) reforma econômica; (c) concessão gradativa de liberdade à opinião pública, à mídia e a manifestações culturais (a famosa *glasnost*); e (d) a democratização e descentralização controlada do sistema político. Vale observar que as exigências nacionalistas dentro da União Soviética não faziam parte do programa, até que o conflito de Nagorno-Karabagh, a mobilização das repúblicas bálticas e o massacre de Tbilisi em 1989 forçaram Gorbachev a dedicar a devida atenção às questões ali existentes.

O fim da Guerra Fria permanecerá na história como a maior contribuição de Gorbachev para a humanidade. Sem a sua decisão pessoal de mostrar que realmente acreditava no Ocidente e vencer a resistência dos defensores da política armamentista nos postos de segurança nacional, parece pouco provável que o processo de desarmamento e desativação parcial dos arsenais nucleares soviéticos e norte-americanos chegasse aonde chegou, a despeito das limitações e atrasos a ele inerentes. Além disso, a iniciativa de Gorbachev foi decisiva para que ocorresse o desmoronamento dos regimes comunistas no Leste Europeu, pois ele chegou a ameaçar (nos bastidores) o envio de tropas soviéticas para frustrar a intenção da Stasi de atirar contra os manifestantes em Leipzig. Abdicar do controle sobre a Europa Oriental foi a grande manobra que, executada com maestria por Gorbachev, viabilizou o desarmamento e também uma coexistência verdadeiramente pacífica com o Ocidente. Ambos os processos eram indispensáveis para tratar dos problemas da economia soviética e integrá-la à economia mundial, tal como almejado por Gorbachev. Somente com a retirada do imenso ônus representado pelo aparato militar das costas do Estado soviético poderiam os recursos humanos e econômicos ser redirecionados à modernização tecnológica, produção de bens de consumo e melhoria do padrão de vida da população, permitindo assim a criação de novas fontes de legitimidade para o sistema soviético.

Entretanto, as reformas econômicas revelaram-se tarefa difícil, mesmo considerando a promessa de futuro desarmamento.¹¹⁷ O processo de transformação das empresas militares demonstrou ser tão intrincado e complexo que ainda permanece não concretizado após vários anos de regime pós-comunista na Rússia. Os preços do petróleo caíram em 1986, contribuindo para menores índices de produtividade e queda na produção dos campos de gás e petróleo da Sibéria, de modo que as reservas em moeda forte, que por cerca de uma década pouparam a União Soviética de maiores dificuldades econômicas, começaram a minguar, impondo mais empecilhos para a transição. O terrível acidente de Chernobyl em abril de 1986 demonstrou que as deficiências tecnológicas do industrialismo soviético haviam atingido um nível perigoso e, na verdade, ajudou a acelerar a liberalização dando a Gorbachev mais um argumento para mexer com a burocracia estatal. Contudo, os obstáculos mais importantes à reforma econômica foram impostos pelo Estado soviético, surgindo até mesmo entre as fileiras dos próprios reformistas de Gorbachev. Embora houvesse consenso quanto à transição gradativa rumo à introdução de mecanismos de uma economia próxima à de mercado em alguns setores (principalmente o habitacional e de serviços), nem Gorbachev nem seus assessores econômicos vislumbraram a possibilidade de aceitação do direito à propriedade privada sobre a terra e os meios de produção, a liberação dos preços em todos os níveis da economia e de créditos sem aprovação direta do Gosbank ou o desmantelamento dos princípios fundamentais da economia planejada. Caso tentassem implantar essas reformas, conforme proposto no “plano de 500 dias” elaborado por Shatalin e Yavlinsky em meados de 1990, encontrariam a resistência obstinada do aparato estatal soviético e da liderança do Partido Comunista. De fato, foi exatamente isso que aconteceu quando eles acenaram com essa possibilidade em meados de 1990. No cerne das dificuldades inerentes à *perestroika* residia a contradição pessoal e política de Gorbachev na tentativa de reformar o sistema valendo-se do Partido Comunista, ao mesmo tempo movendo-se em uma direção que acabaria minando o poder do próprio partido. As políticas de “pare e siga” (*stop-and-go*) que resultaram dessas reformas apenas parciais literalmente desarticularam a economia soviética, causando enorme escassez e índices de inflação muito elevados. A inflação alimentou a especulação e a estocagem ilegal de produtos, preparando o terreno para o crescimento ainda maior da economia paralela em todos os tipos de atividades. De seu papel secundário, agindo como um parasita beneficiário da economia de planejamento central, a economia paralela apoderou-se de segmentos inteiros do

comércio e da distribuição de bens e serviços, de modo que, por um longo período, e mais ainda depois do fim do comunismo, a economia paralela de outrora, com sua corja de mafiosos e autoridades corruptas, transformou-se na principal forma de organização de atividade econômica com fins lucrativos da União Soviética e das sociedades que a sucederam.¹¹⁸ A tomada do controle da maioria dos setores dinâmicos da economia por parte da economia paralela contribuiu ainda mais para desorganizar o cenário econômico anteriormente planejado, fazendo a economia soviética mergulhar no caos e na hiperinflação em 1990.

Gorbachev não era um idealista visionário, mas sim um líder pragmático, um político veterano e habilidoso que se deparara com os problemas endêmicos da agricultura soviética em sua terra natal, a província de Stavropol. Estava convicto de sua capacidade de manipular, convencer, cooptar, comprar e, quando necessário, reprimir seus adversários políticos, à medida que as circunstâncias correspondiam aos seus desígnios. Sua *perestroika* tornou-se, a um só tempo, radical e estagnada, porque ele acreditou sinceramente que conseguiria aperfeiçoar o sistema soviético sem antagonizar, em sua estrutura, os interesses sociais que formavam o sustentáculo do comunismo soviético. Nesse sentido, foi ao mesmo tempo ingênuo, do ponto de vista sociológico, e arrogante, sob a perspectiva política. Caso se detivesse um pouco mais diante da análise sociológica implícita no relatório de Zaslavskaya, teria tido uma visão mais clara dos grupos sociais em que poderia ter confiado e daqueles que acabariam se opondo a qualquer tentativa realmente efetiva de preservar o sistema, ainda que sob uma lógica diferente, seja ela a democracia política, seja a economia de mercado. Em última análise, a estrutura de uma sociedade é responsável, em grande parte, por determinar o destino dos projetos políticos. Por essa razão, vale lembrar neste ponto da presente análise que tipo de estrutura social básica subjazia ao sistema de poder na sociedade estatista soviética. A essência do poder social soviético era representada por quatro grandes grupos de interesse:¹¹⁹

1. Os ideólogos comunistas, comprometidos com a defesa dos valores marxistas-leninistas e de seu domínio sobre os hábitos e as instituições sociais. Eram representados pelos líderes doutrinários do Partido Comunista (comandados por Ligachev durante os anos de *perestroika*), mas incluíam também os que detinham o poder sobre os aparatos culturais e os veículos de comunicação, desde a imprensa escrita, rádio e televisão até a Academia de

Ciências e as universidades, e ainda os artistas e escritores sob o mecenato do Estado.

2. A elite que detinha o controle dos aparatos do Estado, interessada em dar continuidade ao monopólio do poder sobre o Estado soviético, gozando de privilégios tão extraordinários a ponto de representar não uma classe, mas uma casta. Essa elite, por sua vez, subdividia-se em pelo menos quatro grandes categorias que obviamente não esgotam a complexa estrutura do Estado soviético:

a) O aparato político central do PC soviético, que formava a *nomenklatura*, a verdadeira classe dominante da União Soviética. Como é sabido, o termo *nomenklatura* tem um significado preciso: referia-se à relação de cargos no Estado e no partido, para os quais a nomeação de cada pessoa dependia da anuência expressa do respectivo comitê partidário; no sentido mais estrito, e também mais relevante, os primeiros nomes constantes da *nomenklatura* (literalmente milhares de cargos) somente eram aprovados mediante autorização expressa do Comitê Central do PC soviético. Foi esse o mecanismo básico pelo qual o Partido Comunista exerceu controle sobre o Estado soviético durante sete décadas.

b) O segundo grupo de elite distinto no aparato do Estado era formado pelos dirigentes do Gosplan, que controlavam sozinhos toda a economia soviética e davam instruções aos respectivos ministérios e unidades administrativas. Os executivos do Gosstat e, em certa medida, do Gosbank, também se incluem nessa categoria.

c) Um terceiro grupo era constituído pelos comandantes das forças armadas. Embora fossem sempre submetidos à autoridade do partido (em especial após terem sido dizimados por Stalin nos anos 1930), representavam um grupo com autonomia cada vez maior à medida que o grau de complexidade do exército aumentava e que se passava a depender mais de tecnologia e inteligência. Exerciam cada vez mais seu poder de veto e, durante a última década de existência da URSS, não podiam mais ser considerados fonte confiável de consulta, conforme evidenciado, tarde demais, pelos conspiradores de 1991.¹²⁰

d) Por fim, mas não menos importante, a KGB e as forças especiais do Ministério do Interior continuaram a exercer um papel relevante e relativamente autônomo no Estado soviético, buscando tratar dos interesses do Estado em um nível acima das diferenças decorrentes de rixas políticas

internas do partido. Há que se ressaltar que a atual KGB foi criada após a morte de Stalin, em março de 1954, depois de uma aliança formada entre as lideranças do partido e as forças armadas ter debelado uma tentativa de golpe de Beria e da MVD (a antiga polícia política), com quem o exército sempre teve uma diferença por conta das memórias do período de terror dos anos 1930. Assim, apesar de continuísmos óbvios, a KGB dos anos 1980 não era a herdeira histórica direta de Dzerzhinsky e Beria, mas uma força mais profissional ainda dependente do PC, porém mais preocupada com o poder e a estabilidade do Estado soviético que com a pureza ideológica de sua configuração comunista.¹²¹ Isso explica o paradoxal apoio da KGB à última rodada das reformas, de Andropov a Gorbachev, e sua resistência ao golpe de 1991, a despeito da participação ativa de Kryuchkov, o chefe da organização.

3. Um terceiro grupo preso às raízes do poder soviético era formado pelos administradores de empresas estatais de grande porte, sobretudo em dois grandes setores: o complexo militar-industrial¹²² e o setor de exploração de petróleo e gás natural.¹²³ Embora formado por profissionais competentes e interessados na modernização tecnológica, esse grupo era totalmente contrário à transição para a economia de mercado, à desmilitarização da economia e à renúncia ao controle sobre o comércio exterior. Devido ao seu poder econômico, social e político nas empresas e principais cidades e regiões do país, a mobilização dessa elite de poder contra as reformas foi decisiva para frustrar os esforços de Gorbachev no Comitê Central do PC, que em 1990 ficou sob o controle desse grupo.¹²⁴

4. Finalmente, outro grupo de interesse muito importante articulou-se em todos os níveis da estrutura do Estado soviético: a rede formada entre a *nomenklatura* e os “chefões” da economia paralela. Na realidade, esse grupo não era diferente do mencionado acima no tocante às pessoas envolvidas. No entanto, sua posição na estrutura do sistema de poder soviético era outra: seu poder vinha das conexões que mantinham com a economia paralela. Considerando que sua prosperidade dependia das lacunas deixadas pela economia planejada, tal grupo opunha-se ao desmantelamento desse tipo de modelo econômico. Contudo, uma vez que a economia de planejamento central se desarticulou por completo, a economia paralela, mantendo estreitas relações com a *nomenklatura* comunista, tirou partido da situação, transformando toda a economia em um gigantesco mecanismo especulativo. Tendo em vista o brilhante desempenho da economia paralela em tempos de

caos econômico, os líderes quase criminosos dessa economia, mais tarde transformada em protocapitalismo selvagem, foram e continuam sendo um dos maiores fatores de desestabilização tanto durante a *perestroika* como nos períodos subsequentes.¹²⁵

Era esse, de forma bastante resumida, o conjunto dos poderosos grupos de interesse enfrentados por Gorbachev em sua luta pela reforma do comunismo sem que os privilégios gerados pelo sistema fossem abolidos. Contra os ideólogos, a vitória foi fácil. Quando os sistemas atingem um ponto crítico, os mecanismos de legitimação dos valores podem desaparecer da mesma maneira que surgiram, desde que, para tanto, novas formas de dominação cultural sejam criadas e então incorporadas aos interesses materiais das elites dominantes. Ligachev e o Nina Andreyevs da União Soviética tornaram-se o alvo perfeito para acelerar o andamento das reformas. Já o exército, por sua vez, representava uma força mais poderosa para se confrontar, uma vez que nunca é muito fácil para os militares aceitarem uma redução em seu poderio, principalmente quando a isso se acrescenta o choque de se perceber que unidades inteiras não podiam ser repatriadas em decorrência da falta de habitação e serviços básicos. Ainda assim, Gorbachev conseguiu a aquiescência dos militares no que tange à questão do desarmamento, convencendo-os pouco a pouco da necessidade de as forças armadas serem reagrupadas e reequipadas após terem perdido a corrida tecnológica das armas convencionais. O marechal Ogarkov, comandante das Forças Armadas, foi afastado em setembro de 1984, um ano depois de ter chamado a atenção em público para a necessidade de um orçamento maior para a atualização tecnológica dos equipamentos soviéticos de uso militar, cuja inferioridade fora exposta no massacre aéreo dos jatos sírios (comprados da URSS) pela Força Aérea Israelense no Vale de Bekaa em 1982. No entanto, sua mensagem lograra ser transmitida, e de fato Gorbachev aumentou o orçamento da defesa, mesmo em meio ao período mais grave da crise econômica. Os planos militares de Gorbachev não diferiam muito dos traçados pelo governo norte-americano: tinham por objetivo a redução dos custos ao longo do tempo, desativando uma montanha de mísseis nucleares ultrapassados e inúteis e, simultaneamente, elevando a qualidade profissional e técnica das forças armadas soviéticas ao nível de superpotência não inclinada a provocar a hecatombe nuclear. Na realidade, essa estratégia recebeu o apoio das forças armadas e da KGB, que, portanto, em princípio não se opunham às reformas, conquanto não fossem transgredidos dois limites: a

integridade territorial do Estado soviético e o controle do complexo militar-industrial, que deveria ser mantido pelo Ministério da Defesa. Dessa forma, embora Gorbachev parecesse convencido do apoio do exército e das forças de segurança, essas duas condições não negociáveis eram definitivamente danosas a suas reformas, porque, na prática, indicavam que o nacionalismo tinha de ser reprimido (independentemente das opiniões pessoais de Gorbachev), e que o grosso da indústria não poderia funcionar segundo regras de mercado.

Entre os anos de 1987 e 1990, a *nomenklatura* do partido, a cúpula da burocracia estatal, o complexo militar-industrial, os generais do petróleo e os chefões da economia paralela resistiram com eficácia às reformas de Gorbachev, cedendo terreno nas batalhas ideológicas, mas mantendo suas posições nas trincheiras representadas pela estrutura do partido e da burocracia estatal. Os decretos de Gorbachev pouco a pouco tornavam-se tigres de papel, tal como ocorrera tão frequentemente na história das *perestroikas* russas.

Mas Gorbachev era um lutador. Decidiu não acompanhar Kruchev em sua derrota histórica e, para isso, contou com o apoio de uma nova geração de líderes comunistas, unidos contra a gerontocracia, com a simpatia do Ocidente, com a situação caótica da burocracia estatal e com a neutralidade do exército e das forças de segurança em relação às lutas partidárias internas. Assim, para vencer a resistência dos grupos de interesse que haviam se transformado em obstáculo político à *perestroika*, embora ainda acreditasse no futuro do socialismo e em um Partido Comunista reformado como instrumento desse regime, ele apelou para que a sociedade civil se mobilizasse em prol de suas reformas: a *uskorenje* levou à *perestroika* e a *perestroika* ficou vinculada à *glasnost*, abrindo caminho para a democratização.¹²⁶ Assumindo tal postura, Gorbachev inadvertidamente desencadeou um processo que acabou selando o destino definitivo do Partido Comunista, do Estado soviético e de sua própria permanência no poder. Dessa forma, enquanto para a maioria do povo soviético Gorbachev será lembrado como o último Chefe de Estado comunista, e para a minoria comunista como o traidor que arruinou a herança de Lenin, para a história, ele passará como o herói que mudou o mundo destruindo o Império Soviético, embora o tenha feito sem saber ou desejar.

NACIONALISMO, DEMOCRACIA E A DESINTEGRAÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

A liberalização da política e da mídia de massa, decisão tomada por Gorbachev para obter o apoio da sociedade civil às suas reformas, resultou na mobilização social generalizada em relação a uma série de temas. A recuperação da memória histórica, estimulada por uma imprensa escrita e televisiva cada vez mais presente, trouxe à tona a opinião pública, as ideologias e os valores de uma sociedade que, de súbito, se via livre, não raro manifestando-se de forma confusa, mas tendo em comum a rejeição de todos os tipos de verdades oficiais. Entre 1987 e 1991, em meio a um turbilhão social de intensidade crescente, intelectuais denunciaram os problemas do sistema, trabalhadores entraram em greve por seus direitos e reivindicações, ecologistas revelaram catástrofes ambientais, grupos de defesa de direitos humanos organizaram seus protestos, o Movimento à Memória do Povo relembrou os horrores do stalinismo, e os eleitores aproveitaram todas as oportunidades oferecidas pelas eleições parlamentares e locais para rejeitar os candidatos oficiais do Partido Comunista, esvaziando de legitimidade a estrutura estabelecida do poder.

Entretanto, as mobilizações mais poderosas e o desafio direto lançado ao Estado soviético vieram dos movimentos nacionalistas.¹²⁷ Em fevereiro de 1988, o massacre dos armênios pelos azeris em Sumgait reavivou o conflito latente no enclave armênio de Nagorno-Karabagh no Azerbaijão, conflito este que se transformou em guerra aberta e forçou a intervenção, por parte do exército soviético, e a administração do território diretamente por Moscou. As tensões entre as diversas etnias no Cáucaso vieram à tona de maneira explosiva, após décadas de supressão forçada e integração de fachada. Em 1989, centenas de pessoas foram mortas no Vale Ferghana, Usbequistão, em decorrência de conflitos entre usbeques e mesquetianos. Em 9 de abril de 1989, uma manifestação pacífica de milhares de nacionalistas georgianos em Tbilisi foi reprimida com gás venenoso, causando a morte de 23 pessoas e resultando em uma ordem de Moscou para apuração dos fatos. Ainda no início de 1989, a Frente Nacional da Moldávia lançou uma campanha pela independência da república e sua posterior reintegração à Romênia.

A mobilização mais representativa e mais irredutível, contudo, surgiu nas repúblicas bálticas. Em agosto de 1988, a publicação do tratado secreto assinado em 1939 entre Stalin e Hitler prevendo a anexação das repúblicas bálticas pela URSS provocou manifestações em massa nas três repúblicas e levou à formação de frentes populares em cada uma delas. Em seguida, o Parlamento da Estônia votou a mudança do fuso horário do país, alterando-o do horário de Moscou para o

horário da Finlândia. A Lituânia passou a emitir seus próprios passaportes. Em agosto de 1989, em protesto ao quinquagésimo aniversário do pacto de Ribbentrop-Molotov, dois milhões de pessoas formaram uma corrente humana que se estendeu pelo território das três repúblicas. Em meados de 1989, os Sovietes Supremos das três repúblicas declararam sua soberania e seu direito de vetar as leis impostas por Moscou, desencadeando um confronto aberto com a liderança soviética que reagiu com um embargo de produtos à Lituânia.

É importante salientar que as repúblicas muçulmanas da Ásia Central e da região do Cáucaso não se rebelaram contra o Estado soviético, embora o Islamismo estivesse em alta, especialmente entre as elites intelectuais. A maioria dos conflitos no Cáucaso e na Ásia Central tomaram a forma de conflitos étnicos e guerras civis políticas nas repúblicas (como no caso da Geórgia) ou entre elas (por exemplo, o Azerbaijão contra a Armênia).

O nacionalismo não foi apenas a expressão de identidade étnica coletiva. Foi a forma predominante assumida pelo movimento democrático em toda a União Soviética e sobretudo na Rússia. Em momento algum o “movimento democrático”, que conduziu amplos segmentos da população ao processo de mobilização política nos principais centros urbanos da União Soviética, foi uma frente organizada, tampouco a “Rússia Democrática”, o movimento popular fundado por Yuri Afanasiev e outros intelectuais, um partido. Havia dúzias de protopartidos das mais variadas tendências políticas, mas de modo geral o movimento encerrava uma conotação profundamente antipartidária, em face da experiência histórica fracassada de organizações altamente estruturadas. A desconfiança nas ideologias formalizadas e na política partidária fez que os movimentos sociopolíticos, especialmente na Rússia, mas também na Ucrânia, Armênia e repúblicas bálticas, se reestruturassem de uma forma bem mais flexível, em torno de dois símbolos de identidade: de um lado, a negação do comunismo soviético sob qualquer forma, reestruturado ou não; do outro, a afirmação de uma identidade coletiva primária, cuja expressão mais ampla era a identidade nacional, a única memória histórica a que as pessoas podiam recorrer depois do vazio criado pelo marxismo-leninismo e sua posterior derrocada. Na Rússia, tal nacionalismo renovado teve grande repercussão em meio ao povo como uma reação ao nacionalismo antirrusso manifestado por outras repúblicas. Assim, como demonstrado com frequência pela história, vários tipos de nacionalismo nutriam-se mutuamente. É por essa razão que Yeltsin, contra todos os prognósticos, tornou-se o único líder político russo a contar com apoio e confiança popular maciços, a despeito (e provavelmente por

causa) de todos os esforços de Gorbachev e do PC soviético para destruir sua imagem e reputação. Gennadi Burbulis, principal assessor político de Yeltsin no período de 1988 a 1992, tentou explicar, em uma de nossas conversas em 1991, os motivos profundamente arraigados que justificavam o apelo de Yeltsin sobre o povo russo. Vale citá-lo, *ipsis literis*:

O que os observadores do Ocidente não compreendem é que, depois de 70 anos de terror stalinista e de supressão de toda e qualquer forma de autonomia intelectual, a sociedade russa é profundamente irracional. E sociedades reduzidas à irracionalidade mobilizam-se sobretudo em torno de mitos. Na Rússia contemporânea, esse mito se chama Yeltsin. É por isso que ele é a única verdadeira força do movimento democrático.¹²⁸

De fato, na importantíssima manifestação de 28 de março de 1991 em Moscou, quando o movimento democrático opôs-se de modo definitivo a Gorbachev e foi às ruas apesar da proibição expressamente imposta pelo dirigente, desafiando a presença das tropas do exército, as centenas de milhares de manifestantes só gritavam duas coisas: “*Rossyia!*”, e “*Yeltsin!, Yeltsin!*”. A afirmação do passado esquecido e a negação do presente, simbolizada pelo homem que pôde dizer “*Não!*” e ainda assim sobreviver, eram os únicos princípios compartilhados com clareza pela recém-criada sociedade civil.

Paradoxalmente, a relação entre o movimento democrático, a mobilização nacionalista e o processo de dismantelamento do poderio soviético foram predeterminados pela própria estrutura do Estado Federal Soviético. Como todo o poder se concentrava nas mãos do Comitê Central do PC soviético e nas principais instituições do Estado soviético (Congresso dos Deputados do Povo, Soviete Supremo da URSS, Conselho de Ministros e Presidência da URSS), o processo de democratização realizado durante o governo Gorbachev tomou uma forma que permitia candidaturas concorrentes (mas não liberdade de associação política) aos cargos de soviete de cidades, regiões e repúblicas, ao mesmo tempo mantendo controle mais rigoroso sobre o Congresso dos Deputados do Povo e do Soviete Supremo da URSS. Entre 1989 e 1991, os candidatos de oposição aos comunistas ganharam a maioria das cadeiras dos sovietes locais das principais cidades e dos parlamentos republicanos.

A estrutura hierárquica do Estado soviético parecia limitar os danos infligidos sobre os mecanismos de controle político. No entanto, a estratégia,

deliberadamente traçada pelos estrategistas políticos do movimento democrático e, principalmente, pelos que trabalhavam com Yeltsin, era de consolidar o poder nas instituições republicanas representativas para, em seguida, utilizar essas instituições como instrumento de oposição contra o Estado central, reivindicando o máximo de poder possível para as repúblicas. Portanto, o que parecia ser um movimento de caráter separatista ou em defesa de autonomia também engajava-se na tarefa de romper com a disciplina do Estado soviético e, em última análise, livrar-se do controle exercido pelo Partido Comunista. Essa estratégia explica por que a maior batalha política em 1990-1991 na Rússia preocupou-se com a reivindicação de maior poder e autonomia da Federação Russa, a única república que não contava com um presidente de seu parlamento republicano. Assim, embora Gorbachev pensasse ter saído vitorioso ao ganhar a maioria dos votos populares no referendo sobre um novo Tratado Federalista em 15 de março de 1991, na verdade os resultados apurados refletiam o começo do fim da União Soviética. Os partidários de Yeltsin conseguiram colocar em votação uma questão que exigia eleições diretas para a presidência da Federação Russa com data marcada, isto é, 12 de junho. A aprovação dessa questão pelo eleitorado, exigindo a convocação imediata de tais eleições, era muito mais importante que a aprovação das vagas propostas de Gorbachev a respeito de um novo Estado federalista. Quando Yeltsin tornou-se o primeiro chefe de Estado russo eleito por vias democráticas, criou-se uma distinção fundamental entre as estruturas políticas representativas da Rússia e as das demais repúblicas, como também da superestrutura cada vez mais isolada do Estado federalista soviético. A partir desse ponto, apenas uma repressão maciça e implacável poderia reverter o processo e mantê-lo sob controle.

Mas o Partido Comunista Soviético não estava em condições de lançar mão de mecanismos repressivos. Ele fora dividido, desconcertado e desarticulado pelas manobras de Gorbachev e pela infiltração, em suas fileiras, dos valores e projetos de uma sociedade reavivada. Sob o impacto das críticas que a acossavam por todos os lados, a *nomenklatura* perdeu sua autoconfiança.¹²⁹ Por exemplo, a eleição de Yeltsin como presidente do Parlamento Russo em 1991 somente se tornou viável porque uma importante facção do recém-criado Partido Comunista Russo, liderado por Ruskoi, passou para o lado dos democratas contra a liderança nacionalista-comunista de Polozkov, líder da maioria do Partido Comunista Russo, que declarara franca oposição a Gorbachev. De fato, o grupo mais influente do Comitê Central do PC soviético, com uma frágil articulação em torno de

Anatoly Lukyanov, presidente do Soviete Supremo da URSS (e colega de Gorbachev na faculdade de Direito), decidira, em meados de 1990, impedir a realização de futuras reformas. O então nomeado governo de Pavlov estipulou como meta o restabelecimento da economia de planejamento central. Forças policiais foram acionadas para restaurar a ordem nas cidades e coibir o nacionalismo, a começar pelas repúblicas bálticas. Mas o ataque brutal à estação de TV de Vilnius por forças especiais do Ministério do Interior, em janeiro de 1991, fez que Gorbachev pedisse calma e barrasse a repressão. Por volta de julho de 1991, Gorbachev estava disposto a celebrar um novo Tratado Federalista sem contar com a participação de seis das 15 repúblicas (as três do Báltico, mais a Moldávia, a Geórgia e a Armênia), e a conceder maiores poderes às repúblicas na tentativa de salvar a União Soviética. Em seu discurso ao Comitê Central em 25 de julho de 1991, ele também apresentou as principais diretrizes de um programa ideológico que defendia o abandono do leninismo e a conversão do partido para uma democracia socialista. Obteve uma vitória fácil. As verdadeiras forças do Comitê Central e a maioria do governo soviético já estavam com as atenções voltadas para a preparação de um golpe contra seu secretário-geral e presidente, depois do fracasso em assumir o controle do processo por meio de procedimentos institucionais regulares que não funcionavam mais porque a maioria das repúblicas e, em especial, a Rússia já haviam escapado do controle do Estado central soviético.

As circunstâncias que marcaram o golpe de agosto de 1991, evento que precipitou a desintegração da União Soviética, não foram ainda totalmente reveladas, e é pouco provável que o sejam por um longo tempo, em virtude do emaranhado de interesses políticos que compõem toda a trama. Em uma análise mais superficial, parece surpreendente o fato de que um golpe organizado pelo Comitê Central do PC soviético com a participação efetiva do chefe da KGB, do ministro do Interior, do ministro da Defesa, do vice-presidente da URSS e da maioria do governo soviético pudesse falhar. E, de fato, apesar de todas as considerações deste capítulo acerca da inevitabilidade da crise da União Soviética, o golpe teria funcionado se Yeltsin e alguns milhares de partidários seus não tivessem oferecido resistência a ele, arriscando suas vidas abertamente e confiando na presença da mídia como forma de defesa simbólica e se, em todas as partes da Rússia e em algumas repúblicas soviéticas, pessoas de todos os segmentos da sociedade não tivessem se reunido em seus locais de trabalho e manifestado o apoio a Yeltsin, enviando milhares de telegramas a Moscou para tornar pública sua posição. Depois de sete décadas de repressão, o povo ainda estava ali, um tanto

confuso, porém disposto a lutar, se necessário, pela liberdade recém-conquistada. O eventual êxito do golpe no curto prazo não necessariamente significaria dizer que a crise da União Soviética teria sido contida, dado o processo de degeneração em que se encontrava o sistema como um todo. Mas, com certeza, a crise tomaria outros rumos, e a história teria sido diferente. O fracasso do golpe pode ser atribuído a dois fatores fundamentais: a atitude da KGB e do exército; e a falta de discernimento da verdadeira realidade do país por parte dos líderes comunistas, consequência de seu crescente isolamento na cúpula do Estado soviético. Unidades vitais das forças de segurança recusaram-se a cooperar: a Alpha, unidade de elite da KGB, recusou-se a obedecer a ordem de atacar a Casa Branca, recebendo o apoio dos principais comandantes da KGB; as tropas paramilitares sob o comando do general Pavel Grachev manifestaram sua lealdade a Gorbachev e Yeltsin; e, finalmente, o comandante da Força Aérea, general Shaposhnikov, enviou um comunicado ao Ministério da Defesa ameaçando bombardear o Kremlin. O anúncio da rendição veio algumas horas depois desse ultimato. Todas essas decisões resultaram da transformação do exército e da KGB, ocorrida durante o período da *perestroika*. Nem tanto por serem adeptos fervorosos da democracia, mas por terem estado em contato direto com a evolução da sociedade, de modo que qualquer lance decisivo contra a cadeia de comando estabelecida poderia dividir as forças e abrir caminho para a guerra civil. Nenhum comandante responsável arriscaria uma guerra civil com um exército equipado com um arsenal nuclear gigantesco e diversificado. Na verdade, os próprios organizadores do *putsch* não estavam prontos para iniciar uma guerra civil. Estavam convencidos de que uma demonstração de força e o afastamento legal de Gorbachev do governo, a exemplo do precedente histórico da bem-sucedida retirada de Kruchev, seriam suficientes para retomar o controle do país. Eles subestimaram a determinação de Yeltsin, tampouco compreenderam o novo papel desempenhado pela mídia, nem o grau em que a mídia já se encontrava fora do controle comunista. Planejaram e executaram um golpe como se estivessem na União Soviética dos anos 1960, provavelmente a última vez que estiveram nas ruas sem guarda-costas. Quando descobriram o novo país que se desenvolvera no último quarto do século, já era tarde demais. Sua queda representou a queda do Estado tal como estruturado pelo partido. Contudo, o desmantelamento do Estado comunista e, mais ainda, a fragmentação da União Soviética não eram uma necessidade histórica. Foi um processo que exigiu ações políticas deliberadas nos meses seguintes, conduzido por um pequeno grupo de revolucionários decididos, na mais pura tradição leninista.

Os estrategistas de Yeltsin, liderados por Burbulis, o incontestável Machiavel da nova Rússia democrática, levaram aos extremos o plano de cisão entre as instituições socialmente enraizadas das repúblicas e a então isolada superestrutura do Estado federalista soviético. Enquanto Gorbachev dedicava-se a uma tentativa desesperada de sobreviver à dissolução do Partido Comunista e reformar as instituições soviéticas, Yeltsin convenceu os líderes comunistas ucranianos e bielorrussos, rapidamente reconvertidos ao nacionalismo e ao movimento de independência, a separarem-se da União Soviética. Seu acordo celebrado em 9 de dezembro de 1991 em Belovechskaya Pushka, visando dissolver o Estado soviético e criar uma Comunidade de Estados Independentes como um mecanismo de distribuição do legado da extinta União Soviética às repúblicas que acabavam de se tornar soberanas, marcou o fim de uma das mais ousadas e danosas experiências sociais da história da humanidade. Porém, a facilidade com que Yeltsin e seus assessores conduziram o processo de desmantelamento, realizado em apenas quatro meses, revelou o absoluto estado de decomposição em que se encontrava um aparato estatal inchado, que havia se alienado completamente de sua sociedade.

AS CICATRIZES DA HISTÓRIA, AS LIÇÕES PARA A TEORIA, O LEGADO PARA A SOCIEDADE

A experiência soviética marcou de forma decisiva um século XX que, de modo geral, girou em torno de suas consequências e desdobramentos no mundo inteiro. Tal experiência projetou uma sombra gigantesca não só sobre a geopolítica dos Estados, mas também sobre as construções imaginárias de transformação social. Apesar dos horrores do stalinismo, a esquerda política e os movimentos sociais em todo o mundo por um longo tempo olharam para o comunismo soviético ao menos como uma fonte de esperança, sendo muitas vezes motivo de inspiração e apoio, apreendido por meio do véu distorcido da propaganda capitalista. Poucos intelectuais das gerações nascidas na primeira metade do século escaparam do fascínio do debate acerca do marxismo, do comunismo e da construção do Estado soviético. Um grande número de cientistas sociais de renome no Ocidente desenvolveram suas teorias contra a experiência soviética, a seu favor ou de alguma forma relacionadas a ela. Sem sombra de dúvida, alguns dos mais proeminentes

críticos intelectuais do comunismo soviético foram influenciados em seus tempos de estudante pelo trotskismo e pela ideologia ultrabolchevique. O fato de todo esse esforço, todo esse sofrimento e paixão humanos, todas essas ideias e sonhos poderem ter se esvaído em tão curto espaço de tempo, revelando o esvaziamento do debate, constitui expressão extraordinária de nossa capacidade coletiva de criar fantasias políticas tão poderosas, que são capazes de mudar o curso da história, embora o façam no sentido contrário dos projetos históricos planejados. Talvez seja este o mais doloroso fracasso da utopia comunista: a abdução e a distorção das esperanças e dos sonhos de tantas pessoas na Rússia e em todo o mundo, transformando libertação em opressão, convertendo o projeto de uma sociedade sem classes em um Estado dominado por castas, fazendo da solidariedade entre trabalhadores explorados cumplicidade entre membros da *nomenklatura*, em sua trajetória rumo à condição de mandachuvas da economia paralela. No cômputo geral, e a despeito de alguns elementos positivos em termos de políticas sociais na era pós-stalinista, a experiência soviética trouxe consigo uma boa dose de sofrimento aos povos da União Soviética e ao mundo inteiro. A Rússia poderia ter se industrializado e modernizado de outra forma, não sem dor, mas também sem o holocausto humano que ocorreu durante o período stalinista. Relativa igualdade social, taxa zero de desemprego e um Estado do bem-estar social foram metas atingidas por regimes social-democratas na vizinha, então pobre, Escandinávia, sem que se tivesse de recorrer a tais políticas extremas. A máquina de guerra nazista não foi derrotada por Stalin (que, na verdade, dizimara e enfraquecera o Exército Vermelho pouco antes da guerra para poder impor seu controle pessoal), mas sim pela secular determinação dos russos contra o invasor estrangeiro. A dominação do Comintern sobre um amplo segmento do movimento socialista e revolucionário em todo o mundo esterilizou energias, paralisou projetos políticos e conduziu nações inteiras a becos sem saída. A divisão da Europa e do mundo inteiro em blocos militares comprometeu uma parte significativa dos avanços tecnológicos e crescimento econômico dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial em razão de uma corrida armamentista insana. Sem dúvida, o estabelecimento político da Guerra Fria dos norte-americanos (e, em menor medida, dos europeus) divide com os soviéticos a responsabilidade pela entrada no conflito, pelo desenvolvimento e utilização de armas nucleares e pela estruturação de uma simetria bipolar visando dominar o mundo.¹³⁰ Entretanto, sem a força, a coerência e a presença ameaçadora do poderio soviético, dificilmente as sociedades ocidentais e a opinião pública teriam aceitado a expansão de suas indústrias bélicas

e a continuação de empresas coloniais declaradas, conforme evidenciado após o fim da Guerra Fria. Além disso, a construção de uma superpotência não mantida por uma economia produtiva e uma sociedade aberta provou ser insustentável no longo prazo, arruinando a Rússia e as demais repúblicas soviéticas sem grandes benefícios aparentes para o povo, se excetuarmos estabilidade no emprego e alguma melhoria nas condições de vida no período 1960-1980: um período hoje em dia idealizado por muitos, na Rússia, em consequência da situação de desespero em que amplos segmentos da população se encontram, atualmente, na desvairada transição para o capitalismo selvagem.

No entanto, a ironia histórica mais danosa foi a zombaria que o Estado comunista fez dos valores de solidariedade humana nos quais foram educadas três gerações de cidadãos soviéticos. Embora a maior parte das pessoas acreditasse sinceramente em dificuldades compartilhadas e na ajuda mútua visando construir uma sociedade melhor, pouco a pouco elas foram descobrindo e, por fim, percebendo que sua confiança fora sistematicamente explorada por uma casta de burocratas céticos. Uma vez exposta a verdade, é bem provável que os danos morais infligidos ao povo da União Soviética manifestem suas consequências por um longo tempo: a perda do sentido da vida; a degradação dos valores humanos nas bases da vida cotidiana. O ceticismo e a violência penetraram em todas as camadas da sociedade, depois que as esperanças inspiradas pela democracia, na esteira do colapso soviético, desapareceram rapidamente. Os sucessivos fracassos da experiência soviética, da *perestroika* e da política democrática dos anos 1990 trouxeram consigo a ruína e o desespero às terras da Rússia e das ex-repúblicas soviéticas.

Quanto aos intelectuais, a lição mais importante a ser extraída da experiência comunista reside na distância fundamental que deve ser mantida entre os planos teóricos e o desenvolvimento histórico dos projetos políticos. Em poucas palavras, todas as utopias levam ao terror se houver uma tentativa realmente séria de concretizá-las. As teorias e seus indissociáveis discursos ideológicos podem ser (e têm sido) ferramentas muito importantes para a compreensão e, a partir daí, para a orientação de ações coletivas. Porém, importam apenas enquanto ferramentas, estando sempre sujeitas a retificações e ajustes de acordo com a experiência. Nunca como um esquema fechado a ser reproduzido, em sua elegante coerência, no mundo imperfeito, contudo maravilhoso, da aventura humana. Porque tais tentativas são, na melhor das hipóteses, racionalizações céticas de interesses pessoais ou em grupo. E na pior delas, quando se acredita e se age em função

dessas tentativas, tais construções teóricas tornam-se fonte de fundamentalismo político, sempre uma corrente de totalitarismo e de terror. Não defendo aqui a ideia de um panorama político insosso, sem valores nem paixões. Sonhos e projetos constituem a matéria-prima da mudança social. Um sujeito puramente racional e egoísta, do tipo “cavaleiro solitário” ficaria em casa e deixaria a tarefa da transformação a cargo “dos outros”. O único problema em assumir tal atitude (a melhor “opção econômica racional”) é que ela parte do princípio de que ação coletiva será concretizada pelos outros. Em outras palavras, trata-se de uma forma de parasitismo histórico. Felizmente foram poucas as sociedades construídas por parasitas ao longo da história, justamente por serem eles egoístas demais para se envolver. As sociedades são (e sempre serão) forjadas por agentes sociais, mobilizados em torno de interesses, ideias e valores em um processo aberto e conflitante. A mudança social e política é o elemento que, em última análise, traça o destino e a estrutura das sociedades. Portanto, o que a experiência soviética demonstra não é a necessidade de um processo de transformação social apolítico e esvaziado de valores, mas sim a distância e tensão necessárias entre análise teórica, sistemas de representação da sociedade e a verdadeira prática política. A prática política relativamente bem-sucedida sempre anda nos limites da história e não tenta progredir aos saltos, mas através de um processo de adaptação aos contornos da evolução social e da aceitação do lento processo de transformação do comportamento humano. Esse argumento nada tem a ver com a distinção entre reforma e revolução. Quando as condições materiais e a consciência subjetiva são transformadas no corpo da sociedade a tal ponto que as instituições não mais correspondem a essas condições, uma revolução (pacífica ou não, ou situada em um meio-termo) faz parte do processo normal da evolução histórica, conforme demonstrado no caso da África do Sul. Quando as vanguardas, quase sempre vanguardas intelectuais, esforçam-se no sentido de acelerar o tempo histórico em um ritmo superior àquele efetivamente aceito pelas sociedades, com o objetivo de satisfazer seu desejo pelo poder e aplicar sua doutrina teórica, pode ser que vençam e, na verdade, deem uma nova forma à sociedade, no entanto só conseguem seu intento à custa do estrangulamento de almas e tortura de corpos. Os intelectuais que sobreviverem poderão refletir, no conforto de suas bibliotecas, sobre os excessos de seu sonho revolucionário distorcido. Entretanto, o que fica de essencial como a maior lição política da experiência soviética é que revoluções (ou reformas) são muito importantes e onerosas demais em termos de vidas humanas para serem deixadas no campo dos sonhos ou, nesse sentido, no das teorias. Depende do povo,

lançando mão de quaisquer ferramentas que estiverem ao seu alcance, inclusive as teóricas e organizacionais, buscar e tomar o rumo coletivo de sua vida individual. O paraíso artificial criado por uma política de inspiração puramente teórica deve ser enterrado para sempre com o Estado soviético. Porque a lição mais importante a ser aprendida com o colapso do comunismo é a percepção de que o único sentido da história é a história que nos faz sentido.

Existem ainda importantes lições a serem assimiladas para a teoria social, em termos gerais, e a teoria da sociedade da informação, em particular. O processo de mudança social é moldado pela matriz histórica da sociedade em que ocorre. Nesse sentido, as fontes da dinâmica do estatismo tornam-se ao mesmo tempo suas limitações estruturais e o estopim dos processos contraditórios dentro do sistema. A captura da sociedade e da economia pelo Estado abre espaço para a mobilização total de recursos humanos e materiais em torno dos objetivos do poder e da ideologia. No entanto, tal esforço implica grande desperdício econômico por não trazer em seu bojo limitações quanto ao uso e alocação de recursos escassos, sendo sustentável, do ponto de vista social, somente se a sociedade civil for subjugada por força de coerção ou então limitada a um papel passivo de contribuição à força de trabalho e ao serviço público de importância reduzida ao mínimo possível. Sob o regime estatista, a partir do momento em que assume um papel ativo, a sociedade torna-se também imprevisível em sua relação com o Estado. O Estado propriamente dito é enfraquecido pela incapacidade de mobilizar seus sujeitos, que se negam a cooperar, seja através de resistência, seja pela pura e simples indiferença.

O estatismo soviético enfrentou uma tarefa bastante difícil no gerenciamento de sua relação com a economia e a sociedade no contexto histórico da transição para o informacionalismo. Às tendências de desperdício inerentes à economia de planejamento central e aos limites impostos à sociedade pelo tratamento prioritário estruturalmente reservado ao poderio militar, acrescentaram-se as pressões da adaptação às exigências específicas do informacionalismo. Paradoxalmente, um sistema construído sob a égide do desenvolvimento das forças produtivas não foi capaz de ingressar na mais importante revolução tecnológica da história da humanidade. Isso ocorreu porque as características do informacionalismo, a interação simbiótica entre o processamento de informações socialmente determinado e a produção, revelaram-se incompatíveis com o monopólio sobre as informações exercido pelo Estado e com o confinamento da tecnologia dentro dos limites da indústria bélica. Em nível organizacional, a lógica

estrutural das burocracias verticalizadas tornou-se obsoleta por causa da tendência do informacionalismo que aponta para a formação de redes flexíveis, bem à maneira do que se passou no Ocidente. Ao contrário do Ocidente, no entanto, a cadeia de comando verticalizada estava bem no coração do sistema, o que causou dificuldades muito maiores para a transformação de grandes empresas nas novas formas de organizações empresariais integradas em rede. Vale lembrar que os administradores e burocratas soviéticos tomaram contato com a flexibilidade e a formação de redes sob o aspecto de um princípio organizacional. Contudo, aplicaram-nas ao desenvolvimento da economia paralela, debilitando a capacidade de controle da economia de comando, pelo lado de dentro dessa economia, e ampliando a distância entre a organização institucional da economia soviética e as exigências funcionais da verdadeira economia.

A sociedade da informação não é a superestrutura de um novo paradigma tecnológico. Está baseada na tensão histórica entre o poder material de processamento de informações abstratas e a busca da sociedade por uma identidade cultural que seja imbuída de significado. Em ambos os casos, o estatismo parece ser incapaz de assimilar essa nova história. O estatismo não apenas asfixia a capacidade de inovação tecnológica, mas também apropria-se de identidades historicamente arraigadas e as redefine com o propósito de dissolvê-las no processo de concentração de poder, elemento de suma importância para o sistema. Em última análise, o estatismo fica destituído de poder em um mundo em que a capacidade de a sociedade renovar as informações de maneira constante, aliada às tecnologias que as incorporam, constituem as principais fontes de poder econômico e militar. Além disso, o estatismo é enfraquecido e, finalmente, destruído por sua incapacidade de produzir legitimidade, tendo por base a identidade. A abstração do poder do Estado em prol de um sistema ideológico em franca decadência não consegue resistir ao teste do tempo contra o duplo desafio representado pelas tradições históricas e os desejos individuais.

A despeito dessas contradições estruturais básicas, o estatismo soviético não entrou em colapso sob o ataque de movimentos sociais nascidos dessas contradições. Uma contribuição importante da experiência soviética para uma teoria geral de mudança social é que, sob determinadas condições, sistemas sociais podem desaparecer como vítima de suas próprias armadilhas, sem serem atacados de forma irreversível por agentes sociais mobilizados de forma consciente. Tais condições parecem ser obra da história efetivada pelo Estado em seu processo de destruição das bases da sociedade civil. Não quer dizer que o mosaico de

sociedades que constituía a União Soviética não fosse capaz de insurreições políticas, revoltas sociais ou mesmo uma mobilização com propósitos revolucionários. Na verdade, a mobilização nacionalista das repúblicas bálticas ou, ainda, as grandes manifestações democráticas em Moscou e Leningrado, em meados de 1991, demonstraram a existência de um segmento ativo, politicamente consciente da população urbana que se debatia para vencer o Estado soviético. Porém, praticamente não havia organização política e, sobretudo, faltava um movimento social consistente e afirmativo, capaz de projetar visões alternativas de política e sociedade. Em sua melhor expressão, o movimento democrático russo nos estertores da União Soviética estava voltado à liberdade de expressão e caracterizado principalmente pela recuperação da capacidade da sociedade de fazer declarações e manifestar opiniões. Em sua forma mais básica, o movimento democrático russo refletiu uma negação coletiva da experiência que a sociedade havia vivenciado, sem qualquer afirmação um pouco mais definida de valores outros que não a reconstrução bastante confusa de uma identidade histórica e nacional. Quando o inimigo declarado (o comunismo soviético) se desintegrou, quando as dificuldades materiais do processo de transição levaram à deterioração da vida cotidiana e quando a dura realidade da minguada herança de sete décadas de luta diária assentou-se na mente do povo soviético, a ausência de um projeto coletivo, que fosse além do fato de ser “ex”, disseminou o caos político e estimulou uma competição selvagem na corrida pela sobrevivência individual em todos os níveis da sociedade.

As consequências de uma importante transformação social resultante da desintegração de um sistema, e não da construção de um projeto alternativo, podem ser observadas no legado doloroso deixado à Rússia e às ex-repúblicas soviéticas pelo estatismo soviético e pelas verdadeiras emboscadas das políticas da *perestroika*. A economia foi sucateada, para desespero do povo, por manobras especulativas em benefício da *nomenklatura*, pelo aconselhamento irresponsável na forma de políticas de livre mercado ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, por alguns assessores do Ocidente e economistas russos com pouca vivência política, que de repente se viram em altos postos do governo; e pela paralisia do Estado democrático por conta de lutas bizantinas entre facções políticas dominadas por ambições pessoais. A economia do crime cresceu em proporções jamais vistas em nenhum dos principais países industrializados, criando vínculos com a economia do crime global e transformando-se em um fator essencial a ser levado em conta, tanto na Rússia como no plano internacional. As

políticas imprevidentes dos Estados Unidos, cujo verdadeiro objetivo era acabar com o “urso” soviético no cenário político mundial, desencadeou reações nacionalistas, trazendo de volta a ameaça da corrida armamentista e o estado de tensão internacional. Pressões nacionalistas entre as fileiras do exército, manobras políticas no Kremlin de Yeltsin e interesses criminosos em posições de poder levaram à aventura catastrófica da guerra na Chechênia. Os democratas no poder se perderam entre a fé ingênua na força do mercado e suas estratégias maquiavélicas feitas sob medida para os bastidores do estabelecimento político de Moscou, mas totalmente alheias às necessidades básicas de uma população traumatizada e espalhada pelo vasto território de um país cada vez mais desarticulado.

O legado mais duradouro do estatismo soviético será a destruição da sociedade civil, após décadas de negação sistemática de sua existência. Reduzido a redes de identidade primária e de sobrevivência individual, o povo russo, bem como o povo pertencente às sociedades ex-soviéticas, terá de se empenhar na reconstrução de sua identidade coletiva, em meio a um mundo em que os fluxos de poder e dinheiro estão tentando esfacelar as instituições econômicas e sociais emergentes antes mesmo que elas possam surgir, para engolfá-las em suas redes globais. Em nenhum outro lugar do planeta a luta incessante entre os fluxos econômicos globais e a identidade cultural é mais importante do que na terra perdida criada pelo colapso do estatismo soviético no limiar histórico da sociedade da informação.

NOTAS

* Este capítulo foi pesquisado, elaborado e escrito em parceria com Emma Kiselyova. Ele está fundamentado basicamente em dois conjuntos de informações. O primeiro deles é a pesquisa de campo que realizei entre os anos de 1989 e 1996 em Moscou, Zelenograd, Leningrado, Novosibirsk, Tyumen, Khabarovsk e Ilha Sacalina de acordo com a programação de pesquisas do *Programa de Estudos Rusos*, Universidad Autonoma de Madrid, e do Programa da Bacia do Pacífico implantado pela Universidade da Califórnia, em cooperação com a Associação Sociológica da Rússia; o Instituto de Economia e Engenharia Industrial, Academia Russa de Ciências, Seção Siberiana; e o Centro de Estudos Sociológicos Avançados, Instituto da Juventude, Moscou. Quatro grandes projetos de pesquisa foram codirigidos por mim e O. I. Shkaratan, V. I. Kuleshov, S. Natalushko e com E. Kiselyova e A. Granberg, respectivamente. Referências específicas a cada um dos projetos são apresentadas nas notas de rodapé correspondentes ao assunto tratado na pesquisa. Agradeço a todos os meus colegas russos pela contribuição para que eu pudesse compreender a União Soviética, sem me esquecer de desonerá-los de qualquer responsabilidade pelos meus eventuais erros e interpretação pessoal dos pontos identificados. O segundo conjunto de informações coletadas para a elaboração deste capítulo refere-se a fontes documentais, bibliográficas e estatísticas, basicamente reunidas e analisadas por Emma Kiselyova. Gostaria também de consignar meus agradecimentos a Tatyana Zaslavskaya, Gregory Grossman e George Breslauer por seus comentários extensos e detalhados fornecidos para a redação da primeira versão deste capítulo.

1. Citado por Menshikov (1990: 72).
2. Reimpresso em um suplemento especial da publicação *Soviet Life (Vida Soviética)*, fevereiro de 1989, e Tarasulo (1989: 331).
3. Traduzido para o inglês por Castells.
4. Van Regemorter (1990).
5. Consulte, entre outros, Nove (1969/1982); Bergson (1978); Goldman (1983); Thalheim (1986); Palazuelos (1990). Sobre o debate a respeito da exatidão estatística na análise da economia soviética, vide Agência Central de Informações (1990b).
6. Khanin (1991a). Khanin trabalhou, durante muitos anos, como pesquisador no Instituto de Economia e Engenharia Industrial, Academia Russa de Ciências, Seção Siberiana. Além da referência citada, que corresponde, em grande medida, a sua tese de doutorado, boa parte de seu trabalho foi publicada na revista econômica do referido Instituto, a *EKO*; vide, por exemplo, as edições de 1989 (4); 1989 (10); 1990 (1); 1991 (2). Para uma análise sistemática, em inglês, da contribuição decisiva de Khanin para as estatísticas econômicas da União Soviética, vide Harrison (1993: 141-167).
7. Vide, entre outros, Trotsky (1965); Conquest (1968, 1986); Cohen (1974); Antonov-Ovseyenko (1981); Pipes (1991).
8. Aganbegyan (1988).
9. Menshikov (1990).
10. Jonhson e McConnell Brooks (1983).

11. Para melhor compreensão teórica da lógica da economia de planejamento central, vide o clássico estudo de Janos Kornai (1986, 1990).
12. Nove (1977); Thalheim (1986); Desai (1989).
13. Cave (1980).
14. Menshikov (1990).
15. Jasny (1961); Nove (1977); Ellman e Kontorovich (1992).
16. Wheatcroft *et al.* (1986).
17. Palazuelos (1990).
18. Aganbegyan (1988: 7).
19. Weitzman (1970: 63), citado por Desai (1987: 63).
20. Holzman (1976); Desai (1987: 163-172; 251-273); Aganbegyan (1988: 141-156); Menshikov (1990: 222-64).
21. Marrese e Vanous (1983). Para uma crítica (que julgo questionável) a essa análise, vide Desai (1987: 153-162).
22. Vide, entre outras fontes, Korowkin (1994).
23. Volin (1970); Johnson e McConnell Brooks (1983); Scherer e Jakobson (1993).
24. Goldman (1983, 1987).
25. Aganbegyan (1988).
26. Goldman (1987).
27. Golland (1991).
28. Sobre a análise da geração sistêmica de escassez na economia planejada, vide Kornai (1980).
29. Grossman (1977).
30. Grossman (1989).
31. Menshikov (1990).
32. Veen (1984).
33. Aganbegyan (1988).
34. Steinberg (1991).
35. Rowen e Wolf (1990); Cooper (1991).
36. Van Regemorter (1990).
37. Gustafson (1981); Gerner e Hedlund (1989).
38. Taibo (1993b).

39. Kontorovich (1988).
40. Goldman (1983); Veen (1984); Mitchell (1990).
41. Van Regemorter (1990).
42. Desai (1987).
43. Aganbegyan (1988).
44. Menshikov (1990: 8).
45. Lewin (1988).
46. Walker (1986: 53).
47. Amman e Cooper (1986).
48. Castells e Natalushko (1993).
49. Castells (1991); para uma versão condensada desta análise, vide Castells e Hall (1994: cap. 4).
50. Agamirzian (1991).
51. Wolcott e Goodman (1993); vide também Wolcott (1993).
52. Doucette (1995).
53. Departamento de Defesa dos Estados Unidos (1989), dados compilados e citados por Alvarez Gonzalez (1993).
54. Malleret e Delaporte (1991).
55. *US News and World Report* (1988).
56. Afanasiev (1972); Dryakhlov *et al.* (1972). Para um resumo em inglês sobre esses assuntos, consulte Blyakhman e Shkaratan (1977).
57. Vide Fortescue (1986); Smith (1992: 283-309).
58. Thomas e Kruse Vaucienne (1977); Fortescue (1986).
59. Goldman (1987).
60. Sapir (1987); Audigier (1989); Alexander (1990: 7620); Steinberg (1991).
61. Alvarez Gonzalez (1993).
62. Trabalho de campo desenvolvido por Manuel Castells, Svetlana Natalushko e colaboradores em empresas de eletrônica em Zelenograd (1991-1993). Vide Castells e Natalushko (1993). Sobre os problemas relacionados a descobertas tecnológicas independentes do setor de armamento bélico nas economias do Ocidente, vide Kaldor (1981).
63. Sandholtz *et al.* (1992).
64. Cooper (1991).

65. Trabalho de campo desenvolvido por Manuel Castells em Novosibirsk (1990) e Zelenograd (1992-1993); vide também Hutching (1976); Amman e Cooper (1986).
66. Agamirzian (1991).
67. Andrew e Gordievsky (1990: 521fs.).
68. Segundo avaliação do diretor do Instituto de Sistemas de Informática, Academia Russa de Ciências, Seção Siberiana. Essa avaliação foi confirmada por seis engenheiros e administradores em institutos de telecomunicações e eletrônica em Zelenograd durante meu trabalho de campo; vide Castells e Natalushko (1993); Castells e Hall (1994: cap. 4).
69. Goldman (1987).
70. Walker (1986).
71. Berliner (1986); Aganbegyan (1989).
72. Relatada por Fred Langa, editor-chefe da publicação especializada BYTE; vide edição de abril de 1991, p. 128.
73. Kassel e Campbell (1980).
74. Kazantsev (1991).
75. Castells e Hall (1994: 41-56).
76. Goldman (1987: 118 fs.).
77. Smaryl (1984).
78. Fortescue (1986).
79. Cave (1980).
80. Walker (1986); Praaning e Perry (1989); Rowen e Wolf (1990); Taibo (1993a).
81. Carrere d'Encausse (1978).
82. Nekrich (1978).
83. Motyl (1987); Lane (1990).
84. Simon(1991).
85. Carrere d'Encausse (1991); Khazanov (1995).
86. Suny (1993: 101,130).
87. Para uma análise teórica da relação entre nacionalismo e mobilização pelas elites leninistas, consulte Jowitt (1971, espec. a parte I), que apresenta sua argumentação analítica em uma perspectiva comparativa.
88. Pipes (1954).
89. Singh (1982); Hill (1985); Kozlov (1988).

90. Carrere d'Encausse (1987).
91. Citado por Singh (1982: 61).
92. Suny (1993: 110fs.)
93. Rezun (1992).
94. Salmin (1992).
95. Sobre a relação entre o princípio nacional-territorial do federalismo soviético e o processo de desintegração da União Soviética, vide a interessante análise de Granberg (1993b). Para uma revisão dos eventos ocorridos, vide Smith (1992).
96. Suny (1993: 110 fs.).
97. Conquest (1967); Singh (1982); Mace (1983); Carrere d'Encausse (1987); Suny (1993).
98. Suny (1993: cap. 3).
99. Carrere d'Encausse (1991: cap. 2).
100. Wright (1989: 40-45,71-74); Carrere d'Encausse (1991).
101. Suny (1993); Galina Starovoitova. Palestra realizada no Centro de Estudos Eslavos e Europeu-Orientais, Universidade da Califórnia, Berkeley, 23 de fevereiro de 1994, notas de Emma Kiselyova.
102. Vide, entre outros trabalhos de Alexander Granberg, Granberg e Spehl (1989) e Granberg (1993a).
103. Rezun (1992).
104. Carrere d'Encausse (1991).
105. Mace (1983).
106. Simon (1991).
107. Nekrich (1978).
108. Pinkus (1988).
109. Suny (1993).
110. Gerner e Hedlund (1989).
111. Esta seção, bem como a seguinte, está baseada principalmente no trabalho de campo e entrevistas realizadas, entre 1989 e 1996, na Rússia, e em observações pessoais minhas e de meus colaboradores russos, anteriormente mencionados. Entre as personalidades entrevistadas citamos: A. Aganbegyan, T. Zaslavskaya, N. Shatalin, G. Yazov, B. Orlov, N. Khandruev, Y. Afanasiev, G. Burbulis, Y. Gaidar, A. Shokhin, A. Golovkov e vários oficiais de alto escalão do Conselho de Ministros da União Soviética (1990, 1991) e do Governo da Federação Russa (1991, 1992). Uma síntese preliminar dessas observações pode ser encontrada em Castells (1992). Informações sobre a estrutura política da União Soviética e dos processos políticos ocorridos entre 1991 e 1993, a partir de fontes russas e entrevistas com atores políticos, são apresentadas em Castells. Shkaratan e Kolomietz

(1993). (Há uma versão em russo do mesmo relatório: Associação Russa de Sociologia, Moscou.) Referências bibliográficas específicas somente são fornecidas quando aplicáveis à argumentação ou fato mencionado no texto. Julguei desnecessário incluir referências específicas a reportagens da imprensa russa sobre fatos e eventos que atualmente já são de domínio público. Encontram-se disponíveis, em inglês, um bom número de excelentes análises jornalísticas sobre o processo de reforma e o conflito político durante a última década de existência da União Soviética. Duas delas que merecem destaque são a de Kaiser (1991) e de David Remnick (1993), ganhador do *Pulitzer Prize*.

112. *Survey* (1984). A verdadeira história do Relatório de Novosibirsk difere da que foi divulgada pela mídia e aceita pela comunidade acadêmica. A renomada autora do relatório, a socióloga Tatyana I. Zaslavskaya, escreveu à Emma Kiselyova e a mim no intuito de transmitir sua própria análise das origens e formas de utilização do Relatório de Novosibirsk. O relatório não foi concebido a partir de uma reunião do departamento de economia do Comitê Central do PC soviético, conforme foi divulgado. Tampouco o Comitê Central chegou a discutir o documento como tal. O relatório foi elaborado para discussão em uma reunião acadêmica no Instituto de Economia e Engenharia Industrial em Novosibirsk. Sua distribuição foi proibida, e suas páginas carimbadas com os dizeres “documento de uso restrito”, sendo que cada exemplar foi numerado para uso exclusivo dos participantes da reunião. Durante a reunião em Novosibirsk, duas das cópias do relatório desapareceram. A KGB tentou recuperá-las imediatamente, procurando-as por todo o Instituto e confiscando todas as cópias dos participantes da reunião, inclusive o original. Tatyana Zaslavskaya foi proibida de manter cópia de seu próprio relatório, recebendo-o apenas em 1989 como um presente pessoal da BBC em Londres. De acordo com Zaslavskaya, o relatório somente foi lido por Gorbachev após sua publicação no Ocidente em agosto de 1983. Parece plausível concluir que ele empregou algumas ideias ali contidas na elaboração de sua própria estratégia reformista, já em outubro de 1984, em uma reunião do Comitê Central sobre a administração da economia. Diversos observadores identificam alguns dos principais elementos do relatório crucial de Gorbachev apresentado ao 27º Congresso do Partido em fevereiro de 1986 nos temas desenvolvidos por Zaslavskaya no documento de Novosibirsk. Entretanto, a própria Zaslavskaya assume uma posição bem mais cética no tocante à sua influência intelectual sobre Gorbachev e os líderes soviéticos.

113. Para uma análise documentada da transição da liderança soviética de Brejnev para Gorbachev, vide Breslauer (1990).

114. Um excelente relato sobre a luta pelo poder no Politburo após a morte de Brejnev pode ser encontrado em Walker (1986: 24 fs.); vide também Mitchell (1990).

115. Vide Aslund (1989).

116. Vide a série editada por Aganbegyan (1988-1990).

117. Vide Aganbegyan (1989).

118. Vide, por exemplo, Handelman (1995).

119. Vide Lane (1990); Castells *et al.* (1993). Para uma análise teórica bastante elucidativa sobre a estrutura social das sociedades socialistas, vide Verdery (1991). Baseamo-nos também no trabalho do Ivan Szelenyi. Vide, por exemplo, Szelenyi (1982).

120. Sobre as forças armadas soviéticas, vide Taibo (1993a).

121. Andrew e Gordievsky (1990).

122. Vide Castells e Natalushko (1993).

123. Vide Kuleshov e Castells (1993). (O relatório de pesquisa original foi elaborado em russo e encontra-se disponível para consulta no Instituto de Economia e Engenharia Industrial, Academia Russa de Ciências, Seção Siberiana, Novosibirsk, 1993). Vide também Kiselyova *et al.* (1996).

124. O grupo que controlava o Comitê Central do Partido em meados do segundo semestre de 1990, responsável por interromper o processo de reforma, e cujas iniciativas prepararam o terreno para a trama do golpe, era liderado por Lukyanov, presidente do Soviete Supremo da URSS; Guidaspov, secretário do partido em Leningrado; Masljukov, Velitchko e Laverov, dirigentes de empresas do complexo militar-industrial; e Baklanov, secretário da Comissão Militar do Comitê Central. Acredita-se que Baklanov tenha exercido papel decisivo na articulação do golpe. Além disso, foi um dos membros do “Comitê do Estado de Emergência” que tomou o poder em 19 de agosto de 1991 (informações obtidas em entrevistas com observadores políticos russos).

125. Vide Handelman (1995).

126. Para uma excelente reportagem jornalística sobre a influência dos meios de comunicação sobre a desintegração da União Soviética, vide Shane (1994).

127. Carrere d’Encausse (1991).

128. Entrevista com Gennadi Burbulis, 2 de abril de 1991.

129. A perda da autoconfiança da *nomenklatura* do partido como importante fator capaz de impedir uma reação em tempo hábil contra as reformas de Gorbachev foi um aspecto destacado por George Breslauer para fins da presente análise.

130. A história da Guerra Fria está repleta de eventos e episódios que revelam de que forma os dois blocos militares ficaram alimentando a própria paranoia defensiva além dos limites razoáveis. Um bom exemplo desse tipo de mentalidade, que acabou caindo no esquecimento, é a revelação, em 1995, do mistério dos submarinos soviéticos nas águas suecas. Como alguns ainda devem se lembrar, por mais de duas décadas as forças navais suecas, contando com o apoio da Aliança do Ocidente, afirmaram que as águas territoriais do país eram constantemente invadidas por submarinos russos, motivo pelo qual recorriam ao lançamento de cargas explosivas de profundidade, transmitido pela televisão em todo o mundo. Foi apenas em 1995 que a Suécia confirmou “uma revelação um tanto embaraçosa: que suas forças de defesa estiveram, durante todo aquele tempo, caçando visons. Novos instrumentos hidrofônicos adotados pela marinha sueca em 1992 revelaram que os visons eram capazes de emitir ruídos semelhantes aos de submarinos” (*New York Times*, 12 de fevereiro de 1995, p. 8). A reportagem não faz nenhuma referência ao destino dos visons.

O SURGIMENTO DO QUARTO MUNDO: CAPITALISMO INFORMACIONAL, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O surgimento do informacionalismo neste final de milênio está entremeado de desigualdade e exclusão social crescentes em todo o mundo. Neste capítulo, tentarei explicar por que e como isso acontece, voltando os olhos para as novas faces do sofrimento humano. O processo de reestruturação do capitalismo, com sua lógica mais rigorosa de competitividade econômica, é responsável por boa parte desse sofrimento. Contudo, as novas condições tecnológicas e organizacionais da Era da Informação, da forma como foram analisadas neste livro, provocam uma grande reviravolta no velho modelo da busca do lucro como substituto da busca da alma.

Entretanto, há informações contraditórias, que alimentam um debate carregado de ideologias, sobre a verdadeira situação de muitas pessoas desprovidas de recursos em todo o mundo. Afinal, no último quarto deste século franqueou-se o acesso ao desenvolvimento, à industrialização e ao consumo a dezenas de milhões de chineses, coreanos, indianos, malaios, tailandeses, indonésios, chilenos, brasileiros, argentinos e a outros grupos de menor porte em inúmeros países. A maior parte da população da Europa Ocidental ainda goza dos mais elevados padrões de vida do mundo e da história da humanidade. E nos Estados Unidos, embora a média dos salários reais para trabalhadores do sexo masculino tenha estagnado ou entrado em declínio, excetuando-se os salários pagos à nata dos pós-graduados, a incorporação maciça da mulher ao mercado de trabalho remunerado, que reduziu, em termos relativos, a diferença salarial em relação aos homens, vem contribuindo para manter um padrão de vida decente, desde que o lar seja sustentado por duas fontes de renda. Dados estatísticos sobre saúde, educação e nível de renda em todo o mundo demonstram, na média, considerável melhoria em relação aos padrões históricos.¹ De fato, considerando-se a população mundial,

apenas a extinta União Soviética, após o colapso do estatismo, e a África subsaariana, depois de ser marginalizada pelo capitalismo, registraram queda no padrão de vida, excetuando-se também alguns países constantes das estatísticas vitais durante os últimos 10 anos (muito embora a maior parte da América Latina tenha regredido na década de 1980). Contudo, a exemplo do que diz o título de um excelente artigo de Stephen Gould publicado há alguns anos, “A média não é o que conta”.² Mesmo sem entrar em uma discussão mais aprofundada sobre o significado de qualidade de vida, incluindo as consequências ambientais decorrentes do último ciclo de industrialização, os registros aparentemente confusos do desenvolvimento mundial na aurora da Era da Informação estão carregados de perplexidade sujeita a manipulações ideológicas diante da ausência de clareza analítica.

Por essa razão, faz-se necessário, na avaliação da dinâmica social do informacionalismo, estabelecer uma distinção entre vários processos de diferenciação social: de um lado, os termos *desigualdade*, *polarização*, *pobreza* e *miséria* se enquadram no domínio das relações de distribuição/consumo ou apropriação diferencial da riqueza gerada pelo esforço coletivo. De outro lado, *individualização do trabalho*, *superexploração dos trabalhadores*, *exclusão social* e *integração perversa* são características de quatro processos específicos *vis-à-vis* as relações de produção.³

Entende-se por *desigualdade* a apropriação diferencial de riqueza (renda e bens) por parte de indivíduos e grupos sociais distintos que se relacionam entre si. *Polarização* consiste em um processo específico de desigualdade que ocorre quando o topo e a base da escala de distribuição de renda e riqueza crescem mais rapidamente que a faixa intermediária da escala, causando, portanto, seu encolhimento e acentuando as disparidades sociais entre as populações situadas nas duas extremidades da escala. *Pobreza* é uma norma definida institucionalmente, que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas (em geral, uma faixa de renda estabelecida em função de um determinado número de membros de uma residência, definida pelo governo ou instituição competente). *Miséria*, termo que proponho, refere-se ao que os estatísticos sociais chamam de “pobreza extrema”, isto é, o nível mais baixo de distribuição de renda/bens ou o que alguns especialistas conceituam como “privação”, apresentando uma ampla gama de desvantagens sociais/econômicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, aplica-se o conceito de pobreza extrema aos

lares cuja renda esteja 50% abaixo daquela que define a “linha de pobreza”. E claro que todas essas definições (com efeitos fundamentais sobre a categorização das populações e a definição das políticas sociais e alocação de recursos) são estatisticamente relativas e determinadas pela cultura, além de serem manipuladas por motivos políticos. No entanto, ao menos elas nos permitem ser precisos em nossas observações acerca de descrição/análise da diferenciação social no sistema do capitalismo informacional.

O segundo conjunto de processos, bem como sua categorização, diz respeito à análise das relações de produção. Assim, quando os observadores fazem críticas a relações trabalhistas “precárias”, em geral estão se referindo ao processo de individualização do trabalho e à conseqüente instabilidade nos padrões de emprego. Ou ainda, o discurso sobre exclusão social denota a tendência comum de se excluir permanentemente determinados segmentos da população dos mercados de trabalho formais. Sem dúvida, esses processos afetam diretamente os conceitos de desigualdade, polarização, pobreza e miséria. Todavia, deve-se estabelecer uma distinção entre os dois planos acima descritos tanto do ponto de vista analítico como empírico, com o objetivo de estabelecer suas relações causais, o que abre caminho para o entendimento da dinâmica da diferenciação social, exploração e exclusão na sociedade da informação.

Entendo por *individualização do trabalho* o processo pelo qual a contribuição da mão de obra ao processo produtivo é definida de forma específica para cada trabalhador e em razão de cada uma de suas contribuições, seja na forma de trabalho autônomo, seja como mão de obra assalariada contratada individualmente e com base em um mercado amplamente desregulamentado. Sob uma perspectiva empírica, desenvolvi o tema sobre a difusão dessa forma de relação de trabalho no volume I, capítulo 4. Aqui, apenas gostaria de ressaltar que a individualização da mão de obra é, hoje em dia, a prática mais difundida da economia formal urbana, que vem se transformando na principal forma de emprego na maioria dos países desenvolvidos, bem como em certos mercados de trabalho das economias mais avançadas.⁴

Emprego o termo *superexploração*⁵ para indicar relações trabalhistas que permitem que o capital retenha sistematicamente os pagamentos/alocação de recursos ou imponha condições mais rigorosas de trabalho a determinados tipos de trabalhadores, piores do que seja considerado norma/regra em um dado mercado de trabalho em determinado tempo e espaço. Isso se refere à discriminação contra imigrantes, minorias, mulheres, jovens, crianças ou outras categorias de

trabalhadores discriminados, do modo como tolerada ou sancionada por órgãos de regulamentação. Uma tendência bastante significativa nesse contexto é o ressurgimento da mão de obra remunerada infantil em diversas partes do mundo, sob condições de extrema violência, exploração e incapacidade de defesa, revertendo o padrão histórico de proteção social às crianças, existente não só na última fase do capitalismo industrial, mas também no estatismo industrial e nas sociedades agrícolas tradicionais.⁶

Exclusão social é um conceito proposto pelos idealizadores da política social da Comissão da União Europeia e adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) das Nações Unidas.⁷ De acordo com os Observadores das Políticas Nacionais de Combate à Exclusão Social da Comissão Europeia, o termo refere-se aos “direitos sociais dos cidadãos... a um determinado padrão de vida básico e à participação nas oportunidades sociais e ocupacionais mais importantes da sociedade”.⁸ Para ser mais exato, defino *exclusão social* como o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto.⁹ Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, tal posição em geral está associada à possibilidade de acesso ao trabalho remunerado e com relativa regularidade a, pelo menos, um membro de um lar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo. Em países com um Estado do bem-estar social bem desenvolvido, o conceito de inclusão pode também incorporar generosos mecanismos de compensação no caso de desemprego ou invalidez de longo prazo, embora essas condições sejam cada vez mais incomuns. Consideraria, entre os socialmente excluídos, o enorme contingente de pessoas que vivem da assistência previdenciária de longo prazo sob condições institucionalmente punitivas, como é o caso dos Estados Unidos. Sem sombra de dúvida, entre os membros da alta sociedade inglesa e entre os xeiques do petróleo, ainda há uns poucos indivíduos independentes detentores de riquezas que não os fariam se importar nem um pouco com o fato de serem relegados à condição de não trabalho; assim, não os consideraria socialmente excluídos.

A exclusão social é um processo, não uma condição. Desse modo, seus limites mantêm-se sempre móveis, e os excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo, dependendo de seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas